

BARÓMETRO DE COESÃO SOCIAL – 2024

DISTRITO DE CHIMBUNILA

(2^a Ronda)

Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman,
Clinarete Munguambe, Bernardino António, Euclides Gonçalves,
Chahide Filipe, Amanda Matabele, José Brito, Filoca Bila e Sandrângela Fortes



Relatório de Investigação nº 22



BARÓMETRO DE COESÃO SOCIAL – 2024

DISTRITO DE CHIMBUNILA

(2^a Ronda)

Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman,
Clinarete Munguambe, Bernardino António, Euclides Gonçalves,
Chahide Filipe, Amanda Matabele, José Brito, Filoca Bila e Sandrângela Fortes

Relatório de Investigação Nº22
IESE, Agosto de 2025

Título: Barómetro de Coesão Social - 2024. Distrito de Chimbunila (2a Ronda)

Autores: Luís de Brito, Salvador Forquilha, Wim Neeleman,
Clinarete Munguambe, Bernardino António, Euclides Gonçalves,
Chahide Filipe, Amanda Matabele, José Brito, Filoca Bila, Sandrângela Fortes

Copyright © IESE, 2025

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)

Rua Macombe Macossa, nº 142, Sommerschield 1

Maputo, Moçambique

Telefone: + 258 21 486043

Email: iese@iese.ac.mz

Website: www.iese.ac.mz

Número de Registo: 11916/RLINICC/2025

ISBN: 978-989-8464-76-7

É proibida a reprodução, total ou parcial, desta publicação para fins comerciais.

Os autores agradecem ao Conselho de Serviços de Representação do Estado na Província do Niassa e ao Governo do Distrito de Chimbunila pelo apoio concedido na realização da pesquisa de campo e a todos os cidadãos que aceitaram participar na pesquisa.

Índice

INTRODUÇÃO	11
1. O DISTRITO DE CHIMBUNILA.....	14
2. PERFIL DOS INQUIRIDOS.....	17
3. INCLUSÃO.....	19
4. SEGURANÇA E PROTECÇÃO.....	29
5. CONFIANÇA NOS OUTROS.....	34
6. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES.....	41
7. REPRESENTAÇÃO	48
8. ENGAJAMENTO CÍVICO.....	57
NOTAS FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Informação sociodemográfica	17
Tabela 2 – Condições de vida actuais (ocupação)	19
Tabela 3 – Condições no futuro (idade)	21
Tabela 4 – Condições no futuro (ocupação)	22

Índice de Gráficos

Gráfico A – Eleições Legislativas - Chimbunila.....	16
Gráfico 1 - Nível de formação por sexo	18
Gráfico 2 - Ocupação	18
Gráfico 3 - Condições de vida actuais	19
Gráfico 4 - Condições de vida no passado	20
Gráfico 5 - Condições de vida no futuro	21
Gráfico 6 - Você acha que o Governo discrimina as pessoas com base em.....	24
Gráfico 7 - Você sente que as pessoas têm as mesmas oportunidades para.....	25
Gráfico 8 - Segurança no bairro.....	29
Gráfico 9 - Aqui existem muitas pessoas vindas de fora.....	31
Gráfico 10 - Relações com os migrantes.....	32
Gráfico 11 - Quando você tem um problema, tem alguém a quem recorrer para pedir ajuda	34
Gráfico 12 - Em que medida se sente integrado na sua comunidade.....	34
Gráfico 13 - Quando você tem um problema, tem alguém a quem recorrer para pedir ajuda	35
Gráfico 14 - Confiança nos outros.....	35
Gráfico 15 - Relacionamento com os outros.....	39
Gráfico 15 - Relacionamento com os outros.....	41
Gráfico 17 - Confiança nas lideranças locais.....	46
Gráfico 18 - Confiança na liderança provincial e nacional.....	47
Gráfico 19 - Avaliação do Governo.....	48
Gráfico 20 - Governação (nacional) de outro partido.....	51
Gráfico 21 - Interesse dos partidos pelas opiniões dos cidadãos.....	52
Gráfico 22 - Interesse dos deputados pelas opiniões dos cidadãos.....	52
Gráfico 22 - Interesse dos deputados pelas opiniões dos cidadãos.....	53
Gráfico 24 - Líderes tradicionais defendem os interesses dos cidadãos.....	53
Gráfico 25 - Secretários defendem os interesses dos cidadãos.....	54
Gráfico 26 - Consultas a nível local sobre decisões.....	56
Gráfico 27 - Diga se nos últimos anos...	57

Gráfico 28 - Participação em reuniões da comunidade.....	57
Gráfico 29 - Encontros para discutir um problema	58
Gráfico 30 - No último ano contactou um...	60
Gráfico 31 - As autoridades locais envolvem os jovens e as mulheres na tomada de decisões	61
Gráfico 32 - Tem recebido as informações necessárias para formar uma opinião sobre os assuntos que são importantes para a comunidade	62
Gráfico 33 - Conhecimento dos problemas da comunidade.....	62
Gráfico 34 - Capacidade de apresentar pontos de vista à comunidade.....	63
Gráfico 35 - Importância do protesto para a mudança.....	63
Gráfico 36 - Participação em organizações sociais.....	64

INTRODUÇÃO

O “Barómetro de Coesão Social” (BCS) é uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) no âmbito do Programa “COESÃO - Ação da Sociedade Civil para a Coesão Social no Norte de Moçambique”¹. A pesquisa visa analisar, compreender, monitorar e explicar mudanças nos níveis de coesão social observadas em alguns distritos das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado².

Coesão social é um conceito tributário da tradição sociológica, que remonta a Durkheim e Tönnies. Com efeito, as noções de consciência colectiva e tipos de solidariedade (Durkheim, 1977, 1991), a distinção entre comunidade e sociedade (Tönnies, 1946) ou ainda a noção de comunidade imaginada (Anderson, 2012) representam um contributo fundamental na constituição do debate teórico sobre coesão social. A tradição sociológica sublinha a existência de laços reais ou imaginados que ligam as pessoas à volta de crenças e valores comuns, que funcionam como alicerce da coesão social. Nas últimas duas décadas, o conceito de coesão social passou, cada vez mais, a estar associado a intervenções de agências de desenvolvimento, particularmente, em matéria de prevenção e resolução de conflitos (UNDP, 2016). Apesar disso, o conceito de coesão social não reúne necessariamente consensos. Ele tem sido objecto de múltiplas definições não só na literatura académica como também na prática do desenvolvimento. Nesta pesquisa, partimos da definição de Chan et al., que considera coesão social como “interacções verticais e horizontais entre membros de uma sociedade, caracterizadas por um conjunto de atitudes e normas que incluem confiança, um sentido de pertença, vontade de participar e ajudar, bem como as suas manifestações comportamentais” (Chan, To & Chan, 2006:p.290). De seguida,

-
- 1 O Programa COESÃO (2021 – 2025) é financiado pela Embaixada da Suíça em Maputo e implementado por três organizações nacionais: Fundação Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), Centro para Democracia e Direitos Humanos (CDD) e Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE).
 - 2 A pesquisa do Barómetro de Coesão Social iniciou com a primeira ronda em 2022 abrangendo seis distritos: Angoche, Moma, Chimbunila, Cuamba, Chiúre e Montepuez. De acordo com o plano da pesquisa, em 2024, a segunda ronda deveria ter acontecido em todos os seis distritos. Todavia, por causa dos desafios de segurança no terreno, no contexto da violência armada em Cabo Delgado, a segunda ronda abrangeu apenas os distritos de Angoche, Moma, Chimbunila e Cuamba. Ainda em 2024, o Barómetro de Coesão Social obteve um financiamento da Embaixada da Suécia, facto que permitiu alargar a pesquisa para outros distritos: Maúá, Metarica, Sanga, Nipepe, Balama, Pemba, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Meconta.

tomamos em consideração a história social, económica e política de Moçambique e definimos coesão social como sendo o grau de confiança no Governo e no seio da sociedade, bem como a vontade de participar colectivamente para uma visão partilhada de paz sustentável e objectivos comuns de desenvolvimento. A partir da nossa definição, duas dimensões são analisadas: a coesão horizontal, que se refere às relações entre cidadãos numa sociedade; e a coesão vertical, que considera as interações entre as instituições e cidadãos. Para estas duas dimensões, a pesquisa concentrou-se em seis indicadores, nomeadamente: inclusão, segurança e protecção, confiança nos outros, confiança nas instituições, representação e engajamento cívico.

A pesquisa de campo da segunda ronda decorreu de 12 a 29 de Agosto de 2024 e teve a duração de três semanas. No distrito de Chimbunila, foi administrado um inquérito a uma amostra representativa da população distrital maior de 18 anos e, para obter uma margem de erro não superior a 4% com um nível de confiança de 95%, foi usado um tamanho de amostra com 648 inquiridos. Dada a inexistência nos distritos de uma lista dos cidadãos maiores de 18 anos, que permitiria definir uma amostra realmente aleatória, recorreu-se a uma alternativa, usando como *proxy* a distribuição disponível da população adulta por locais de voto para atingir esse objectivo³. Em função da distribuição por locais de votação da população eleitoral recenseada (dados disponíveis das últimas eleições gerais, de 2019), foi definido o número de questionários a serem realizados nos bairros à volta de cada um desses locais no distrito, na proporção do número de eleitores registados em cada um. A amostra usada nesta pesquisa é estratificada por sexo (homens, mulheres) e por idade (18 a 30 anos, mais de 30 anos). Os inquiridores tiveram a instrução de seleccionar alternadamente elementos dos quatro estratos.

Neste distrito, o inquérito foi administrado em 37 locais de votação de todos os postos administrativos, distribuídos da seguinte forma: 24 em Chimbunila e 13 em Lione, onde para aprofundar a compreensão de algumas das dimensões da coesão social foram realizadas entrevistas com informantes-chave e autoridades locais, para além de grupos focais.

Este é o segundo inquérito sobre coesão social no distrito de Chimbunila. A nossa interpretação das estatísticas descritivas é cruzada com a informação qualitativa recolhida nas notas dos inquiridores, entrevistas individuais e grupos focais realizados. Esta informação qualitativa não foi obtida em todos os locais onde os inquéritos fo-

³ Em cada ano são usadas as listas de locais de voto publicadas pelo STAE para as eleições mais recentes.

ram administrados. Assim, dinâmicas específicas de bairros e povoações onde foram realizadas entrevistas e grupos focais podem ter sido destacadas, enquanto aspectos relevantes em algumas áreas onde não houve recolha de dados qualitativos podem ter recebido menos atenção. Foram administradas 16 entrevistas individuais e realizados três grupos focais, no posto administrativo de Mussa e posto administrativo de Lione, na localidade de Metonia e Chala.

Dois principais constrangimentos influenciaram o processo da recolha de dados. O inquérito foi administrado semanas antes do início da campanha eleitoral para as eleições de 9 de Outubro de 2024 e, por essa razão, a circulação de pessoas no distrito era objecto de controlo redobrado por parte das autoridades político-administrativas e comunidades. Isso exigiu que algum tempo da pesquisa de terreno fosse dedicado à acreditação dos pesquisadores em cada local de votação e ao estabelecimento de níveis aceitáveis de confiança que permitissem a administração do inquérito num ambiente seguro.

Para além da presente introdução e das notas finais, o relatório está organizado em oito secções, começando com uma primeira secção dedicada a uma breve descrição do distrito. A segunda secção é dedicada ao perfil dos inquiridos, onde é apresentada a sua caracterização em termos de sexo, idade, educação, ocupação e religião; a terceira secção cobre aspectos referentes à avaliação das condições de vida e à percepção sobre igualdade de tratamento e oportunidades; a quarta secção apresenta questões relativas ao sentimento de segurança e protecção e eventuais problemas de violência; a quinta secção trata da confiança no interior do grupo de pertença e a confiança em relação a pessoas oriundas de outros locais e comunidades; a sexta secção é especialmente dedicada à confiança institucional; a sétima secção aborda questões referentes à percepção sobre alguns dos principais mecanismos de representação na perspectiva da governação; a oitava secção avalia o nível de participação e engajamento cívico.

1. O DISTRITO DE CHIMBUNILA

O distrito de Chimbunila foi criado pela Lei 26/2013 de 18 de Dezembro. Com a sede na vila de Chimbunila, ele faz fronteira a Norte com os distritos de Lago, Sanga e Muembe, a Sul com o distrito de Ngauma, a Este com o distrito de Majune e a Oeste com a República do Malawi.

Chimbunila possui uma superfície de 5.438 Km² e é composto por dois postos administrativos e cinco localidades, distribuídos da seguinte forma: posto administrativo de Chimbunila-sede com três localidades, nomeadamente Mussa, Choulue e Namuanica; posto administrativo de Lione, com duas localidades, designadamente Lione-sede e Chala.

O distrito de Chimbunila possui 97. 262 habitantes (Instituto Nacional de Estatística, 2025). Parte considerável da população não tem água canalizada e, por consequência, depende de fontanários, principalmente os que residem nas sedes dos postos administrativos, e de poços artesanais e rios, os que residem longe das sedes dos postos administrativos.

Chimbunila tem a agricultura familiar como a actividade principal da população. O distrito não tem nenhum serviço de transporte público, nem privado, estando a população dependente de iniciativas informais de transporte por meio de táxi-motas, sendo este o principal meio de transporte. Apesar dos serviços de energia eléctrica terem melhorado relativamente à primeira ronda (2022), estes continuam a ser um grande desafio em muitas áreas do distrito, uma vez que o acesso se limita apenas à área de Chimbunila-sede e algumas localidades circunvizinhas, nomeadamente Choulue e Mussa. No entanto, apesar da localidade de Chala, no posto administrativo de Lione, ter um sistema de abastecimento de energia instalado nas residências, actualmente, o sistema não funciona por falta de combustível para alimentar o gerador.

Em relação ao comércio, o distrito depende, em grande medida, da cidade de Lichinga, onde a população tem adquirido bens de mercearia, tanto para o consumo próprio como para a revenda em pequena escala, em barracas. No que se refere ao investimento privado, o distrito tem uma agência bancária do Banco Comercial de

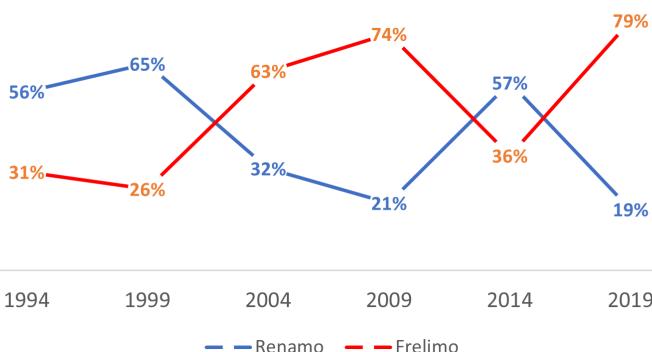
Investimentos – BCI, localizada em Chimbunila-sede. Além disso, Chimbunila conta com um investimento no sector florestal numa área de 103.406 hectares. Trata-se de investimento feito pelas empresas Florestas do Niassa, Chikweti Forest, Green Resources e Florestas do Planalto do Niassa. Importa realçar que a Chikweti Forest, empresa florestal, que se instalou em Niassa em 2005, dedicando-se ao plantio de *pinus* e *eucalyptus*, foi posteriormente adquirida pela empresa Green Resources em 2014, e obteve o DUAT da área florestal pertencente àquela empresa (Tovele, 2023).

Os investimentos no sector florestal têm sido foco de conflito entre as empresas e as comunidades, por um lado, no uso da terra, situação que contribuiu para que o Governo suspendesse a emissão de novos DUATs às empresas, e, por outro, nos processos de recrutamento. Este último aspecto é caracterizado, principalmente, pela tensão entre os membros das comunidades e as lideranças locais nos processos de recrutamento, sendo que os primeiros acusam os segundos de privilegiarem os seus próximos quando fazem a seleção das pessoas para trabalhar nas empresas. Um outro tipo de conflito que se pode observar nos processos e dinâmicas de exploração florestal é entre as empresas e os trabalhadores por conta da precariedade dos contratos (sazonais), mas principalmente pelas condições precárias de trabalho, especificamente o salário (Ali, 2020).

A empresa Green Resources, no âmbito da responsabilidade social, criou um Fundo Social que através de algumas associações locais beneficia as comunidades afectadas pelo projecto. Por exemplo, ao nível do distrito de Chimbunila, existe a Associação Ndamu Djetu que abrange três comunidades nomeadamente Mussa, Naicuanga e Mapaco. O fundo recebido pela Associação Ndamu Djetu é usado para a construção de salas de aulas, centro de saúde, mesquitas, fontanários, mercados e pontes. No entanto, apesar de a Green Resource canalizar o fundo social através das associações de base, estas reclamam da discrepância entre os valores que a empresa diz ter canalizado e o valor que as associações realmente recebem. Por outro lado, este fundo não tem sido capaz de promover o desenvolvimento comunitário ou a melhoria das condições de vida das comunidades. Por exemplo, a empresa florestal não tem um plano de sustentabilidade agrícola das comunidades afectadas pelo projecto, pois as pessoas, que perderam os seus campos de cultivo para dar lugar ao projecto florestal, tiveram que procurar novos campos de cultivo e mais distantes, alterando desta

forma a produtividade agrícola e a sustentabilidade de muitas famílias (Tovele, 2023). Ainda sobre os conflitos, é de referir que o distrito de Chimbunila tem sido afectado indirectamente pela violência armada presente em alguns distritos da região Norte de Moçambique, com destaque para a recepção de deslocados vítimas dos ataques armados.

Gráfico A – Eleições Legislativas - Chimbunila⁴



Fontes: CNE/STAE e Conselho Constitucional

De acordo com os dados oficiais, a Frelimo e a Renamo têm obtido vitórias alternadas ao longo do tempo (gráfico A). Durante o trabalho de campo, foi possível observar um certo nível de frustração dos residentes, incluindo por parte das lideranças locais, que se manifestam em relação ao incumprimento das promessas eleitorais e dizem sentir-se esquecidos pelo Governo.

⁴ O gráfico apresenta apenas os resultados dos dois principais partidos. Na ausência de resultados oficiais publicados desagregados por distrito para o ano de 2019, os dados do gráfico para esse ano referem-se às eleições provinciais. Os restantes dados (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014) referem-se aos resultados das eleições legislativas. Note-se que a votação nas eleições provinciais é muito próxima da votação nas eleições legislativas e presidenciais.

2. PERFIL DOS INQUIRIDOS

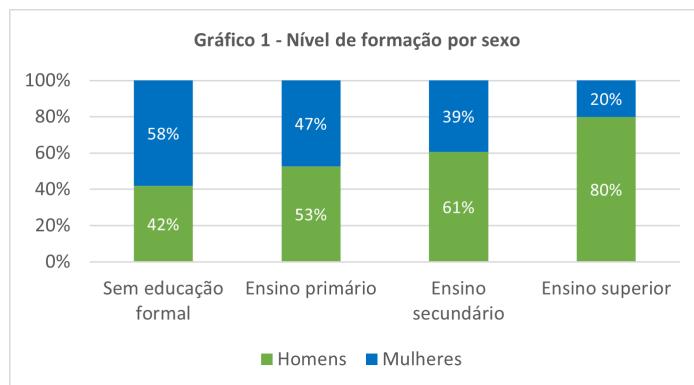
O questionário foi administrado a 648 cidadãos em Chimbunila, distribuídos por um número idêntico de mulheres e homens (tabela 1), representando os jovens⁵ também 50% dos inquiridos.

Tabela 1 - Informação sociodemográfica

		Nº	%
Sexo	Homens	324	50,0
	Mulheres	324	50,0
Idade	18 – 24	174	26,9
	25 – 34	210	32,4
	35 – 44	98	15,1
	45 – 54	87	13,4
	55 – 64	40	6,2
	65 +	39	6,0
Zona	Urbana	52	8,0
	Periurbana	47	7,3
	Rural	549	84,7
Religião	Católica	21	3,2
	Muçulmana	607	93,7
	Protestante	17	2,6
	Outra/nenhuma	3	0,5
Educação	Sem educação formal	265	40,9
	Ensino primário	256	39,5
	Ensino secundário	122	18,8
	Ensino superior	5	0,8
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	528	81,5
	Trabalhadores informais	60	9,3
	Trabalhadores assalariados	34	5,2
	Domésticas	13	2,0
	Estudantes	11	1,7

⁵ Neste relatório, são considerados jovens os inquiridos com idade entre 18 e 30 anos. Note-se que a tabela 1 mostra classes de idade habitualmente usadas pelo Instituto Nacional de Estatística.

A religião muçulmana é dominante (94%), ocupando a religião católica o segundo lugar (3%). No que diz respeito ao nível de formação, quase metade dos inquiridos (41%) não têm nenhuma educação formal, ou têm o nível primário (40%), perto de um quinto (19%) têm o nível secundário e uma pequena minoria (1%) têm o nível superior. Ao mesmo tempo, os dados mostram que existe uma diferença no nível de escolaridade entre mulheres e homens, representando as mulheres a maioria (58%) no grupo sem escolaridade e a minoria (20%) no ensino superior⁶ (gráfico 1).



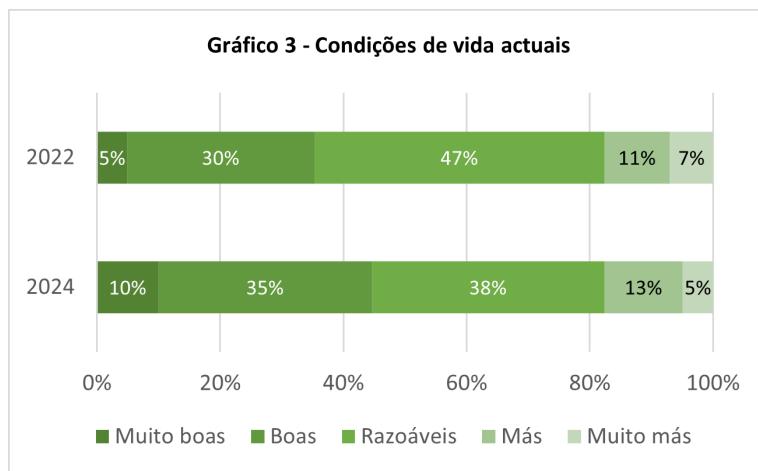
O gráfico 2 mostra que o principal grupo em termos de ocupação pertence ao sector informal da economia, ou seja, é constituído por camponeses, agricultores e pescadores (82%), aos quais se podem acrescentar os trabalhadores informais propriamente ditos (9%). O sector formal ocupa apenas 5% dos inquiridos, sendo de salientar que, destes, metade são funcionários do Estado, ou trabalhadores de empresas públicas. Isto significa que, em termos de emprego, também o sector privado (perto de 3%) é marginal no distrito.



⁶ As percentagens referentes ao ensino superior, não são estatisticamente significativas, pois dizem respeito apenas a cinco inquiridos.

3. INCLUSÃO

O nível de satisfação com as condições de vida actuais é uma perspectiva positiva para o futuro são indicadores do sentimento de inclusão. Neste aspecto, há uma pequena alteração entre 2022 e 2024: embora a percentagem dos inquiridos que consideram que as suas condições de vida são más, ou muito más, se mantenha em 18%, a percentagem dos que as consideram boas, ou muito boas, cresceu de 35% para 45% (gráfico 3).

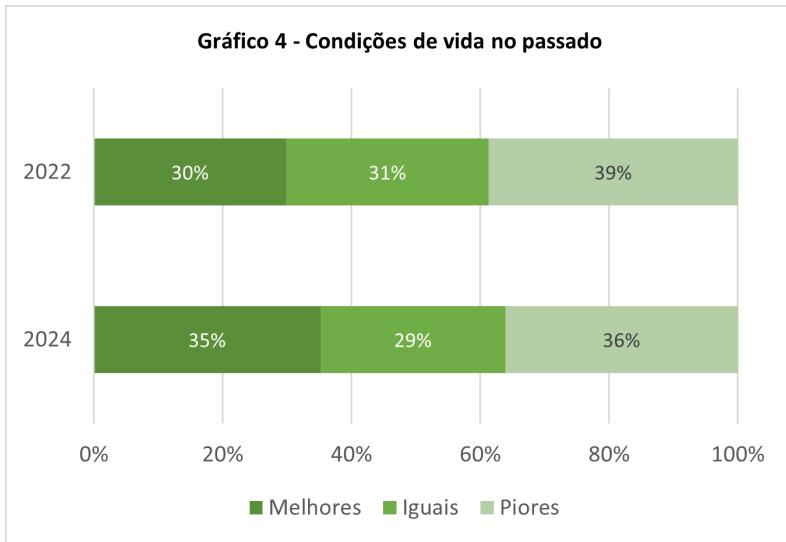


A avaliação sobre as condições de vida actuais é basicamente a mesma, independentemente do sexo, o mesmo se passando em termos da idade dos inquiridos. No entanto, existe uma diferença em termos da ocupação, pois a avaliação é mais negativa (condições más ou muito más) para o grupo dos trabalhadores do sector informal (28%), que para os restantes grupos (tabela 2).

Tabela 2 – Condições de vida actuais (ocupação)

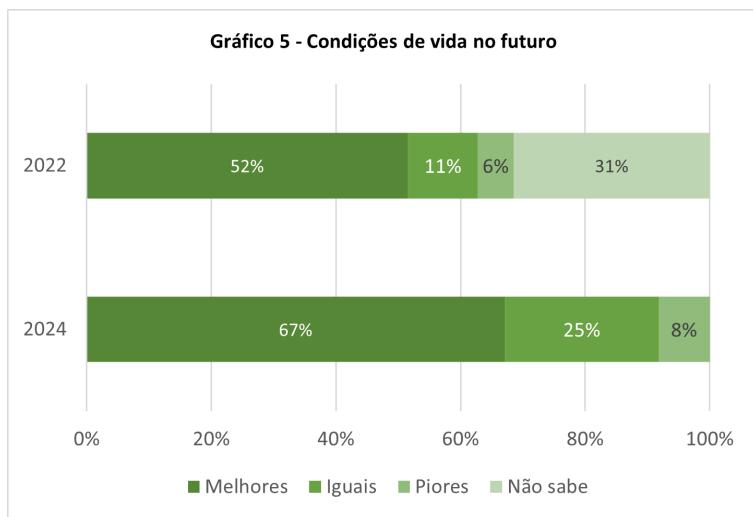
Ocupação	Muito boas	Boas	Razoáveis	Más	Muito más
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	9,8%	36,6%	37,1%	11,7%
	Trabalhadores informais	15,0%	23,3%	33,3%	20,0%
	Trabalhadores assalariados	8,8%	23,5%	50,0%	11,8%
	Domésticas	7,7%	38,5%	38,5%	15,4%
	Estudantes	0,0%	18,2%	63,6%	18,2%
Total	10,0%	34,6%	37,8%	12,7%	4,9%

Sobre as condições de vida no passado (gráfico 4), também não há grande diferença entre 2022 e 2024: em 2024, há um pouco mais de um terço dos inquiridos (35%) que consideram que eram melhores, perto de um terço (29%) que acham que eram iguais e um pouco mais de um terço (36%) que consideram que eram piores.



Em relação ao futuro, verifica-se que há uma diferença entre 2022 e 2024, pois a resposta “não sabe” que em 2022 era muito importante (31%) não se regista em 2024⁷. Tal como em 2022, em 2024, os homens tendem a ter uma opinião mais optimista que as mulheres, sendo 72% a esperar melhores condições, em relação a apenas 63% por parte das mulheres.

⁷ Em parte, esta diferença pode ser explicada por um melhor desempenho dos inquiridores, no sentido de não terem aceite facilmente a resposta espontânea “não sei”.



As expectativas em relação ao futuro não variam em função da idade, conforme se pode ver na tabela 3.

Tabela 3 – Condições no futuro (idade)

		Melhores	Iguais	Piores
Idade	Jovens (18-30)	68,5%	23,8%	7,7%
	Não jovens (31 +)	65,7%	25,6%	8,6%
Total		67,1%	24,7%	8,2%

Em termos de ocupação, é de destacar o pessimismo dos estudantes, embora isso deva ser relativizado por causa do pequeno número de inquiridos nesta categoria (tabela 4).

Tabela 4 – Condições no futuro (ocupação)

		Melhores	Iguais	Piores
Ocupação	Camponeses, agricultores, pescadores	65,5%	26,1%	8,3%
	Trabalhadores informais	76,7%	18,3%	5,0%
	Trabalhadores assalariados	79,4%	11,8%	8,8%
	Domésticas	61,5%	30,8%	7,7%
	Estudantes	63,6%	18,2%	18,2%
Total		67,1%	24,7%	8,2%

É importante referenciar que, na percepção dos inquiridos, a avaliação sobre as condições de vida está ligada à questão da agricultura mais do que ao acesso aos bens e serviços, renda e educação tal como é definido pela Organização das Nações Unidas para a medição do Índice de Desenvolvimento Humano. Para a população de Chimbunila, o ponto central para se avaliar as condições de vida é a produtividade agrícola: quanto maior o nível de produção, maior a satisfação em relação às condições de vida, e quanto menor for a produção, menor é a satisfação em relação às suas condições de vida. Na análise sobre as notas dos inquiridores, por exemplo, um dos inquiridos avaliou as suas condições de vida actuais como positivas porque ele, no passado não tirou muitos sacos de milho como este ano. Um outro inquirido, do posto administrativo de Lione, justificou que as condições de vida actuais não eram boas, pois *"as condições deste ano não andam muito bem, porque na machamba não saiu como devia, foram apenas alguns sacos e não dá para vender, só para comer"*⁸.

Conforme a nossa pesquisa qualitativa, é possível perceber como a actividade agrícola ocupa um lugar central na vida das pessoas do distrito de Chimbunila. Tanto para aqueles cuja principal tarefa é cultivar na machamba, bem como para aqueles considerados assalariados, tal como argumenta o director de uma escola secundária de Chimbunila-sede:

⁸ Mulher inquirida, Lione, 17 de Agosto de 2024.

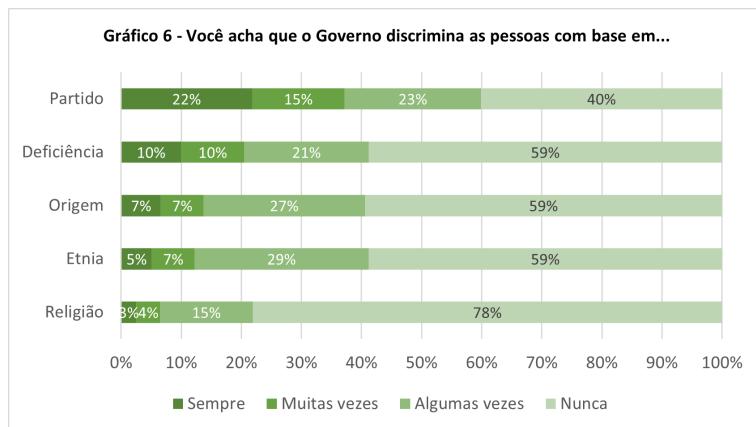
A base da vida aqui é a agricultura. Produz-se muito milho, feijão e batata-doce. Os residentes depois usam parte dessa produção para a venda e outra parte para o consumo. Aqui vêm pessoas para comprar milho e feijão essencialmente. Alguns nativos estabeleceram redes comerciais com pessoas que vêm de Nampula e do Sul do país. São estes nativos que compram os produtos agrícolas dos camponeses e depois revendem para os comerciantes que vêm de fora. Eles vêm com camiões para transportar os produtos. (...). Até nós na escola produzimos, temos uma machamba de três hectares onde cultivamos milho e feijão. A ideia é depois da colheita vendermos os produtos para comprar material para a escola e alimentar os professores durante a época dos conselhos de avaliação. Eu mesmo tenho uma machamba onde cultivo um pouco de tudo. Aqui todo o mundo produz na machamba. A nossa terra é fértil e permite.⁹

Apesar de na maior parte dos casos a produção agrícola não ser mecanizada e estar virada essencialmente para o consumo familiar, é através dela que as famílias conseguem adquirir outros produtos e bens de consumo tais como açúcar, sabão, óleo, roupa, medicamentos, etc. Não obstante, a renda resultante da comercialização agrícola também é usada para suportar as despesas da escola das crianças. A comercialização dos produtos agrícolas e o acesso ao dinheiro traz também uma nova dinâmica social nas comunidades e começa a produzir uma pequena elite, com capacidade financeira para adquirir bens de consumo como bicicletas, motas e, em alguns casos, carros. Isto demonstra como a produção nas machambas é importante para o desenvolvimento económico destas comunidades.

Chimbunila é um dos distritos que mais feijão e milho produz ao nível da província de Niassa. Essa produção abastece o mercado nacional e de alguns países vizinhos como, por exemplo, o Malawi e a Tanzânia. No caso do feijão, por exemplo, é posteriormente comercializado em grande escala nos mercados de Nampula, Beira e Maputo, só para citar alguns exemplos (Banze, 2010; MADER, 2021, 2023).

Uma segunda dimensão do sentimento de inclusão é o sentimento sobre o eventual nível de discriminação praticado pelas autoridades em relação aos cidadãos. Os dados apresentados no gráfico 6 mostram que um pouco mais de metade dos inquiridos (59%) consideram que o Governo nunca discrimina as pessoas, quer seja em termos de etnia, de zona de origem, ou do facto de serem portadores de deficiência. Esse valor sobe mesmo para 78% no que se refere à religião.

⁹ Entrevista com o director de uma escola secundária, Chimbunila-sede, 14 de Agosto de 2024.



Em contrapartida, existe um claro sentimento de discriminação com base na simpatia partidária e, para um pouco mais de um quinto dos inquiridos (22%) esse sentimento é muito forte, pois responderam que o Governo discriminava “sempre” em função do partido. Algumas notas dos inquiridores sugerem haver alguma vantagem em pertencer ao partido no poder: “*sempre tratam bem as pessoas do partido no poder*”¹⁰. Outros afirmam que, “*os jovens do partido Frelimo são os mais escolhidos para qualquer coisa do governo, uma vez que a selecção é feita com base na cor partidária*”¹¹. Há ainda uma percepção muito forte de alguns inquiridos que a discriminação do governo com base na cor partidária afecta principalmente o acesso a emprego, “*sinto exclusão dos meus filhos em oportunidades de trabalho, porque para algumas vagas exigem até cartão de membro do partido no poder*”¹². Outros ainda reclamam de clima de medo instalado no seio da comunidade devido à cor partidária: “*as pessoas estão condicionadas a ser de um partido por conta do medo*”¹³.

A discriminação baseada na cor partidária acontece sobretudo a nível das bases, pois os régulos e os secretários dos bairros são os que se encarregam de controlar e discriminar os que não fazem parte do partido no poder, tal como indica o trecho de uma entrevista com um jovem residente em Macassangilo:

10 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

11 Ibid

12 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

13 Ibid

Aqui os secretários sabem da vida das pessoas. Quando há oportunidades de algo aqui no bairro muitos de nós somos excluídos porque pertencemos a um outro partido da oposição. Aqui, por exemplo, estes da empresa Chikweti [Green Resources] costuma querer jovens para capinar na floresta e tirar troncos. Este trabalho não é permanente, mas o secretário sempre escolhe jovens da Frelimo. Eu já fui muitas vezes pedir uma oportunidade, ele sempre diz vou te chamar, mas nada acontece. E eu vejo que a vida daqueles que trabalham lá é melhor.¹⁴

O sentimento de as pessoas não terem as mesmas oportunidades no campo socioeconómico é partilhado por uma parte significativa dos inquiridos. Assim, a percepção sobre a igualdade de oportunidades nas diferentes áreas (gráfico 7) mostra que só a possibilidade de desenvolver uma actividade informal é considerada com um certo equilíbrio, havendo 48% dos inquiridos que consideram que existe sempre, ou muitas vezes, essa igualdade e 21% que consideram que nunca existe. Em todas as restantes áreas predomina uma visão negativa sobre a existência de igualdade de oportunidades, havendo nomeadamente 57% dos inquiridos que consideram que nunca existe essa igualdade no que se refere à possibilidade de ter acesso a fundos do Governo e 44% em termos de acesso a emprego na função pública.



Conforme os dados quantitativos mostram, a maioria dos inquiridos considera que não existe igualdade no acesso a fundos do Governo. Os entrevistados apontaram para vários factores que justificam a existência de tal percepção no seio dos residentes em Chimbunila. Por um lado, há uma ideia de que os fundos são distribuídos com base na filiação partidária. Este facto está relacionado com a discussão apresentada acima sobre a percepção de discriminação com base em pertença partidária por par-

14 Entrevista, homem jovem, Macassangilo, 16 de Agosto de 2024.

te das autoridades do Governo. Por exemplo, uma inquirida no posto administrativo de Chimbunila afirmou que *"a selecção em projectos de rendimento é difícil, porque ela é feita com base na cor partidária e afinidade com os secretários locais."*¹⁵ Por outro lado, subsiste no imaginário de alguns inquiridos e entrevistados a existência de nepotismo no acesso a fundos locais. Para estes, os fundos locais são distribuídos para familiares e pessoas próximas das lideranças locais, na medida em que *"tem existido nepotismo na escolha de beneficiários desses fundos"*¹⁶; *"os fundos são alocados para os sobrinhos dos dirigentes"*¹⁷; e porque *"aqui sempre dividem entre os chefes e os seus familiares"*¹⁸. No entanto, entre as lideranças locais, os secretários de bairro, aldeia e régulos são as figuras que mais crítica recebem quando se trata de acesso a fundos locais. *"Algumas vezes os líderes comunitários não permitem que os fundos sejam dados a cidadãos comuns, sem padrinhos"*¹⁹ e *"esse dinheiro, os régulos testemunham, mas acabam dando às pessoas da sua confiança"*²⁰ são afirmações que expressam frustração em relação à maneira como as autoridades locais gerem os fundos locais no distrito. Um dos inquiridos chegou a excluir o Governo na distribuição nepotista dos fundos locais. Para ele, a culpa era essencialmente dos secretários e régulos *"o problema não é o Governo, porque eles responsabilizam os chefes locais que são os régulos e secretários do bairro. Mas esses são os problemáticos. Fazem suas escolhas e dão apenas às pessoas da sua confiança"*²¹.

Orre & Forquilha (2012), analisando o Orçamento de Iniciativa Local (OIIL), vulgo Fundo Distrital dos 7 milhões, e o seu impacto na governação local, mostram como o acesso a esses fundos era grandemente condicionado por questões partidárias. Os beneficiários dos fundos, na sua maioria, eram pessoas ligadas ao partido no poder, a Frelimo, sobretudo membros da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), Organização da Juventude Moçambicana (OJM), diversos órgãos do partido ao nível da base e até mesmo autoridades do Governo local como chefes de posto e de localidade. Os membros da oposição, em alguns casos viam-se obrigados a renunciar publicamente aos seus partidos como forma de aumentar as suas chances de aceder aos fundos.

15 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

16 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

17 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

18 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 20 de Agosto de 2024.

19 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

20 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 17 de Agosto de 2024.

21 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 20 de Agosto de 2024.

O acesso ao emprego na função pública foi também um dos assuntos que mereceu algum destaque nas entrevistas. Como referimos acima, 44% dos inquiridos afirmaram não haver igualdade no acesso ao emprego na função pública. Alguns dos participantes no estudo acreditam que só é possível ter emprego na função pública por meio do suborno, isto é, pagando algum valor monetário, conforme ilustram as palavras de uma mulher entrevistada no posto administrativo de Lione que considera que

temos muitos jovens que estudaram, mas não fazem nada porque não temos dinheiro para ‘cunhar’. Sem dinheiro, não tem como ter emprego. Quando as oportunidades chegam aqui, as pessoas escolhem-se entre elas²².

Alguns inquiridos também realçam esta prática de suborno para ter acesso ao emprego tanto no aparelho do Estado como no sector privado e afirmam que “hoje em dia, para você conseguir emprego sem dinheiro não é possível, não entra”,²³, “sem dinheiro, você não vai apanhar emprego”,²⁴ e “se a pessoa não tem dinheiro para ‘cunhar’ não é possível ter emprego”²⁵.

Por outro lado, tal como acontece no acesso a fundos do Governo, alguns participantes do estudo afirmaram existir nepotismo no acesso a oportunidades de emprego na função pública. Por exemplo, um homem entrevistado na localidade de Chimbunila-sede, afirmou que só se pode acceder a uma oportunidade de emprego caso tenha um familiar ou conhecido dentro da função pública:

a verdade é que podem concorrer cerca de 200 pessoas, mas somente cinco pessoas terão emprego, talvez por serem conhecidas, por confiança, ou por ter um familiar²⁶.

Um outro inquirido também comentou na mesma linha de pensamento, “se não tiver um familiar conhecido, não vais conseguir emprego”²⁷. Para além disso, também há uma ideia construída no seio dos residentes locais de que as oportunidades de emprego existentes ao distrito são atribuídas aos cidadãos oriundos de outros distritos da pro-

22 Entrevista, mulher, posto administrativo de Lione, 18 de Agosto de 2024.

23 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

24 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

25 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 16 de Agosto de 2024

26 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

27 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

víncia, principalmente os da cidade de Lichinga: “priorizam as pessoas vindas de outros sítios”²⁸.

A percepção da falta de igualdade no acesso a oportunidades de emprego no Estado gera um sentimento de frustração no seio da população local, sobretudo no seio dos jovens que possuem um certo nível de educação formal. Por exemplo, durante as entrevistas, ouvimos várias reclamações de pais que tinham seus filhos com a 12ª classe concluída, mas que continuavam no desemprego, conforme mostram as palavras a seguir: “Os nossos filhos podem estudar, mas no final voltam para casa para ir capinar”²⁹; “mesmo as pessoas que estudaram, mas não têm dinheiro para pagar, não conseguem trabalhar no Estado”³⁰; e, “neste bairro há muitas pessoas que estudaram, mas não estão a trabalhar”³¹.

Na literatura sobre a coesão social, a questão do emprego está, de alguma forma, relacionada a distribuição da renda, considerada um dos indicadores de condições favoráveis para a coesão social. Neste caso, a existência de altos níveis de desemprego numa determinada sociedade por um longo período leva ao disfuncionamento social, na medida em que não só condiciona a sobrevivência das famílias hoje, mas também as futuras gerações. O desemprego constitui uma das principais formas de exclusão económica e é uma grande barreira para a coesão social, pois quando os cidadãos se sentem excluídos economicamente, também tendem a abster-se dos processos políticos, sociais e culturais da sua comunidade (Jackson et al., 2000; Jeannotte, 2000; Jeannotte & Pendakur, 2022; Jeannotte, 2003).

28 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

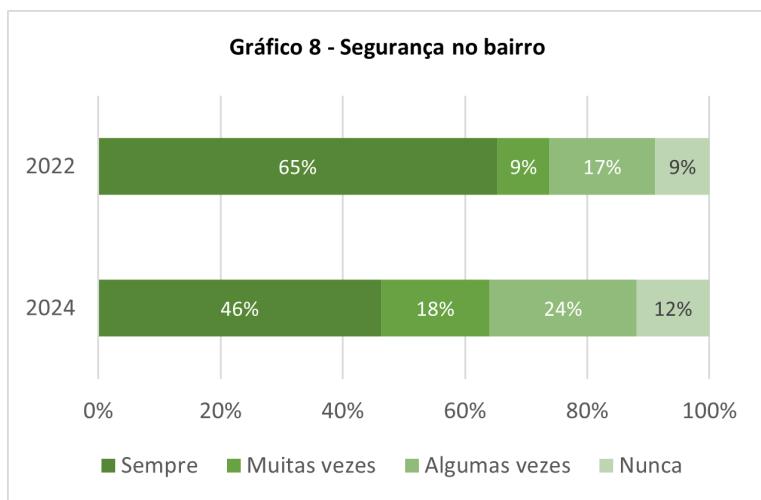
29 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 15 de Agosto de 2024.

30 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 15 de Agosto de 2024.

31 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 14 de Agosto de 2024.

4. SEGURANÇA E PROTECÇÃO

Quase metade dos inquiridos (46%) têm um sentimento de segurança elevado no seu local de residência, enquanto apenas 12% nunca se sentem em segurança, como se pode ver no gráfico 8. Não existem sobre este assunto grandes diferenças em termos de sexo ou idade, mas é de registar uma variação negativa entre 2022 e 2024.



Conforme os dados quantitativos acima ilustram, apesar de a maioria dos inquiridos terem mostrado um sentimento de segurança nas suas comunidades, existem aqueles que afirmaram não se sentirem seguros. De acordo com os resultados da pesquisa qualitativa, o sentimento de insegurança está relacionado com roubos nas casas e assaltos na via pública. Por exemplo, um jovem entrevistado no posto administrativo de Lione afirmou ser frequente o roubo de gado, sobretudo durante a época chuvosa: “aqui, tem havido roubos em alguns meses. Por exemplo, no tempo de chuvoso, há pessoas que vêm da cidade para roubar cabritos. Mas só vêm roubar, não torturam as pessoas”³². Outro entrevistado falou do roubo de milho e dinheiro, facto que tem sido agravado pela inexistência de um posto policial na comunidade, “assaltos à noite acontece, sim (...). Costumam roubar milho, dinheiro. (...). Aqui, não temos posto policial, só temos lá em Lione. Temos levado os ladrões para lá”³³. Um outro entrevistado, militar desmobilizado, residente na comunidade de Metonia, no posto administrativo

32 Entrevista com jovem de Lione, Chimbunila, 16 de Agosto de 2024.

33 Entrevista com jovem, Chimbunila, 18 de Agosto de 2024.

de Lione, também falou da experiência com os roubos na sua comunidade:

Entram em casa dos outros, mas ninguém os apanha. É muito frequente. Já roubaram uma embalagem de açúcar, chinelos, 20 litros de gasolina aqui na barraça de casa. Já catanaram um comerciante. Foi para o hospital mais não morreu. Aqui, como não tem polícia, é difícil apanhar um ladrão³⁴.

A ocorrência de roubos também se tem registado nos locais onde existe posto policial. Por exemplo, um dos nossos entrevistados, director de uma escola local, comentou sobre a existência de roubos frequentes na sua escola, onde para além de terem roubado computadores, também roubaram milho e feijão produzido na machamba escolar. Ele lamentou o facto de a polícia fazer pouco para resolver o problema, mesmo tendo sido notificada sobre os roubos:

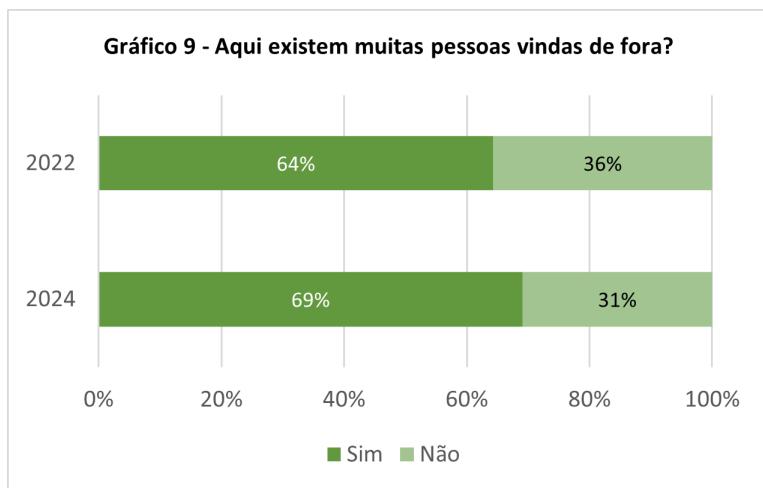
Aqui existe um posto policial, mas tem muito roubo. A escola anualmente sofre roubo. Por exemplo, na escola já roubaram computadores. A machamba escolar tinha milho; roubaram 10 sacos de milho e feijão. Mesmo antes da colheita, rouba-se na machamba. Participamos à polícia, mas não acontece nada. As pessoas que roubam podem ser jovens de Chimbunila em colaboração com os da cidade de Lichinga.³⁵

A questão da segurança constitui um indicador importante para a coesão social. Os estudos sobre a coesão social estabelecem uma relação entre coesão social e os níveis de criminalidade na comunidade. As comunidades com um alto nível de coesão social tendem a registrar menor índice de crimes ou violência, pois os indivíduos mostram-se abertos ou predispostos a agir em prol do bem comum (Sampson, Raudenbush & Earls, 1997; Jeannotte & Pendakur, 2022).

No que diz respeito à existência de pessoas originárias de outras zonas, não existe praticamente diferença de apreciação em termos de idade e sexo. Em 2024, regista-se um ligeiro aumento da percepção da existência de muitos migrantes em relação a 2022 (gráfico 9).

34 Entrevista com um homem, ex-soldado, Machemba, 18 de Agosto de 2024.

35 Entrevista com o director de uma escola secundária, Chimbunila-sede, 14 de Agosto de 2024.



A principal razão apontada para a presença dos migrantes é de ordem económica (95%), seguida da guerra (4%). Porém, as relações com os migrantes não parecem ser difíceis, pois 81% consideram-nas muito boas, ou boas, e apenas 2% dos inquiridos consideraram que as relações são más, ou muito más. Embora a distribuição das respostas entre “muito boas” e “boas” seja muito diferente entre 2022 e 2024, pode-se considerar que não existe uma diferença fundamental de apreciação (gráfico 10).

A migração por razões de ordem económica pode estar relacionada com a busca de terras férteis para a prática da agricultura. Como referenciamos acima, Chimbunila é uma zona com um grande potencial agrícola devido às suas terras férteis, e este facto tem contribuído para a existência de pessoas idas de outras zonas da província que se instalam para desenvolver a agricultura de subsistência. Segundo o director de uma escola secundária de Chimbunila-sede,

Os vientes pedem terra para fazer machamba (...). As pessoas vêm da cidade, de Micoco e de outras províncias. Vêm à procura de melhores condições de vida (...). Vêm para produzir. O que lhes atrai é a terra, que é produtiva (...)³⁶.

Alguns inquiridos também comentaram sobre a presença de “vientes” que se instalam na comunidade por causa da produção agrícola: “A maior parte das pessoas vem por conta da qualidade do solo³⁷; “Vêm pessoas da cidade. Vêm aqui par capinar. Ficam

36 Entrevista com o director de uma escola, Chimbunila-sede, 14 de Agosto de 2024.

37 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

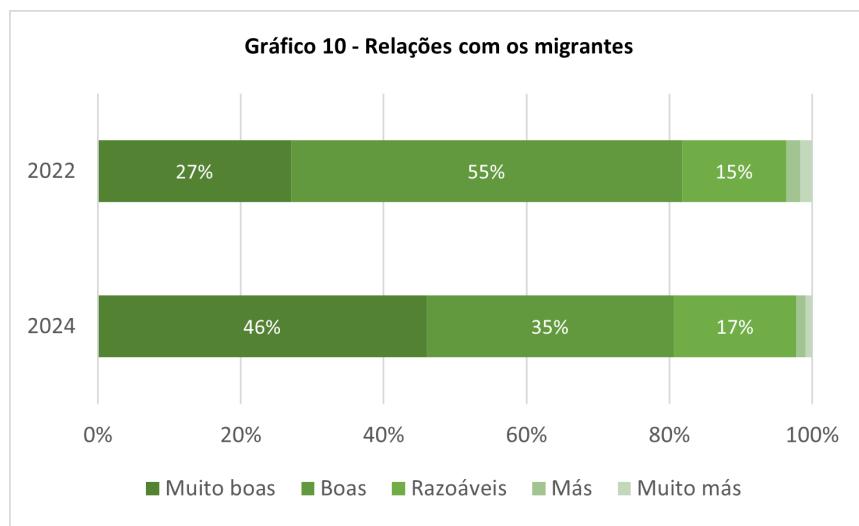
aqui e depois levam os produtos para cidade.”³⁸

Por outro lado, existem pessoas que se instalaram nas comunidades por conta de emprego. Deste grupo fazem parte funcionários do Estado, assim como trabalhadores do sector privado:

Muitos são funcionários do Estado transferidos e só vêm ao distrito por conta do trabalho³⁹; há pessoas que vêm trabalhar em algumas empresas como, por exemplo, a fábrica de cimento⁴⁰.

Existem também pessoas, nacionais e estrangeiros, que se instalaram no local para desenvolver o comércio informal. No terreno, ouvimos histórias de indivíduos malawianos, que se instalaram no distrito para vender diversos produtos:

Este é um distrito económico da província. Então, muitas pessoas vêm aqui para desenvolver suas actividades económicas. Há muitos estrangeiros de Malawi e Tanzânia que trazem milho e peixe de lá para virem nos vender. Outros vêm praticar garimpo e comprar minérios⁴¹.



38 Entrevista com uma mulher na localidade de Choulue, 17 de Agosto de 2024.

39 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

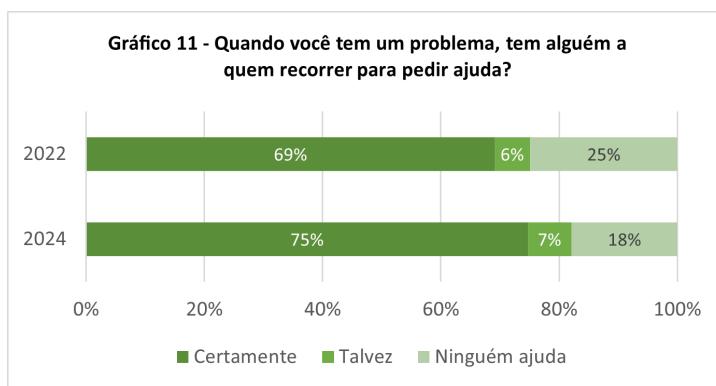
40 Mulher inquirida no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

41 Homem inquirido no posto administrativo de Lione, 19 de Agosto de 2024.

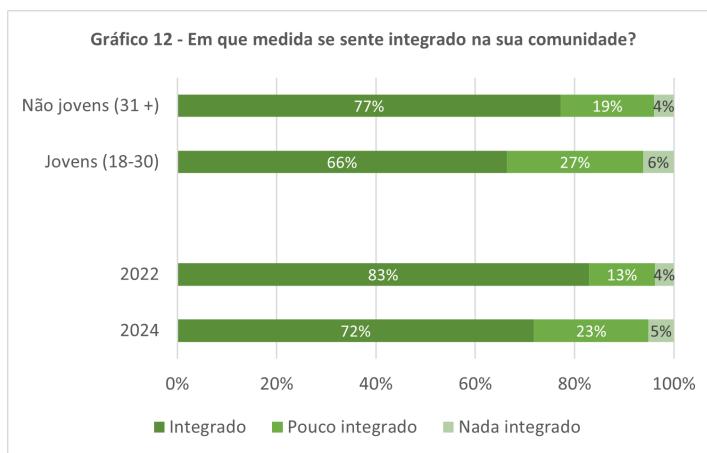
A existência de conflitos violentos na zona foi apontada por apenas 8% dos inquiridos. Dos 50 inquiridos que responderam que existiam conflitos, 31 referiram problemas relacionados com terra, água ou gado e 9 referiram problemas ligados a grupos armados, ou Al-Shabaab.

5. CONFIANÇA NOS OUTROS

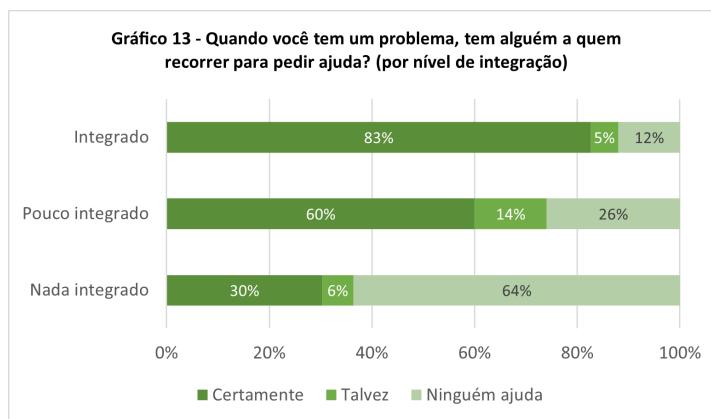
O grau de confiança dos inquiridos no que respeita ao apoio de outros em caso de problemas é muito elevado. Embora a maioria dos inquiridos (75%) tenham a certeza de receber ajuda em caso de problema, é de realçar o facto de haver 18% que afirmam que ninguém ajuda. É igualmente de destacar que, neste aspecto, os resultados de 2024 são melhores que o observado em 2022 (gráfico 11).



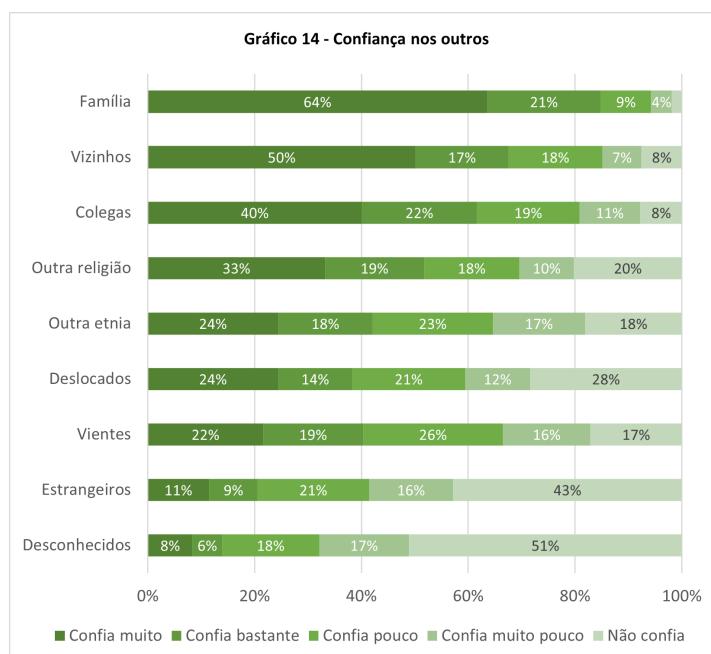
Ao mesmo tempo, existe um grupo dos inquiridos que se consideram pouco (23%), ou nada (5%), integrados na comunidade em que vivem, com uma tendência para os mais velhos se sentirem mais integrados (77%) que os jovens (66%) (gráfico 12). Pode-se colocar como hipótese que o maior sentimento de falta de integração no seio dos jovens corresponda em parte à sua maior dificuldade de aceder a uma situação económica estável.



Como se pode verificar no gráfico 13, é sobretudo entre os que se dizem pouco e nada integrados na comunidade que domina a ideia de que ninguém ajuda.



O nível de confiança nos outros é muito variável, podendo considerar-se a existência de quatro níveis de confiança distintos: em primeiro lugar, a família (apesar de haver 15% dos inquiridos que dizem confiar pouco, muito pouco ou nada, nos membros da sua família); em segundo lugar, os vizinhos, colegas e membros de outras religiões; em terceiro lugar, os membros de outros grupos étnicos, deslocados e “vientes”; e, por fim, os estrangeiros e os desconhecidos (gráfico 14).



O nível de desconfiança em relação aos dois últimos grupos é muito elevado e indica a predominância de comunidades relativamente fechadas. Ao mesmo tempo, os valores observados a propósito da religião dão a entender que esta, por si só, não constitui um factor relevante de divisão ou tensão social.

A confiança na família e nos vizinhos é também explorada pela pesquisa qualitativa. Para muitos participantes no estudo, a família é a primeira a quem recorrem quando precisam de ajuda, porque este é o principal núcleo de apoio. De acordo com uma entrevistada do bairro de Cholue, a família é o grupo social fundamental para o qual se trabalha:

Aqui, a família toda capina na machamba e os produtos tirados de lá é para ajudar a família. Por exemplo, eu tenho duas filhas a estudar em Lichinga e elas contam com nossa ajuda para poder comer, comprar cadernos e roupa. Na produção da machamba, o vizinho tem ajudado muito. Podemos cultivar na machamba de um, e depois ir cultivar na machamba de outro. Como nós usamos enxada, é preciso ter muita gente a capinar na machamba para poder ter uma grande produção. Nós as mulheres também fazemos xitique através da nossa associação, Xitukuco (desenvolvimento). Nesta associação, nós fazemos poupança de 200 meticais todas as semanas em cada sexta-feira. Somos cerca de 18 pessoas e dividimos o valor do xitique no final de ano. É com esse dinheiro que conseguimos comprar alguns bens para casa, como pratos, roupa, bicicletas, etc. Por isso digo: a ajuda da família e dos vizinhos é importante na parte da vida.⁴²

O director do centro de saúde local também enalteceu a união da comunidade de Cholue. Segundo ele, a solidariedade familiar e entre vizinhos nota-se mais quando há falecimento na zona. Nesses momentos as pessoas unem-se para partilhar comida e dinheiro para apoiar a família do finado.⁴³

Entretanto, apesar de muita gente considerar recorrer aos vizinhos em caso de precisar de ajuda, essa ajuda depende do tipo de problema como nos mostra o trecho da entrevista a seguir:

42 Mulher entrevistada, posto administrativo de Chimbunila, Choulue, 17 de Agosto de 2024.

43 Homem entrevistado, posto administrativo de Chimbunila, Choulue, 17 de Agosto de 2024.

Aqui, a união com vizinhos é só quando há falecimento. A gente contribui para a família da pessoa que teve falecimento: dinheiro, farinha, lenha, etc. Não existe isso de ajudar na machamba. Isso é um atraso, porque depende da chuva. Isso pode fazer o solo secar enquanto ainda não chegou a sua vez de capinarem na sua machamba. Por isso, cada família deve produzir para si e não confiar no outro. Cada um por si, e Deus por todos.⁴⁴

Essa falta de apoio na machamba em algumas áreas do distrito, pode ter a ver com a competição na comercialização agrícola cada vez mais crescente em Chimbunila. Por causa da maior procura de produtos como milho e feijão, parece haver uma estratificação social no seio da comunidade. Neste cenário em que quem produz e vende mais, consegue ter mais rendimentos e bens económicos do que aquele cuja produção na machamba é fraca, a solidariedade na produção agrícola, parece deixar de se fazer sentir. E é através desta competição que começa a emergir no seio das comunidades uma espécie de elite económica, dominada maioritariamente por jovens com alguma escolaridade.⁴⁵ Contudo, a emergência dessa elite económica acontece dentro de uma estrutura de mercado agrícola completamente desfavorável aos pequenos produtores. Conforme sustenta Mosca (2015), na maior parte dos mercados agrícolas do país, ainda persiste uma estrutura oligopsónica, facto que influencia na desvirtuação dos preços no mercado. Para além disso, devido à incapacidade de armazenamento dos produtos, os camponeses vendem os seus produtos submetendo-se aos preços do mercado definidos pelos compradores, numa situação de total desequilíbrio de negociação. No entanto, conforme mostram os dados aqui discutidos, apesar dessa estrutura oligopsónica, existem alguns camponeses em Chimbunila que procuram reinventar-se e aumentar a produção agrícola que é direcionada não só para a subsistência, mas também para a comercialização. Esta situação contribui para a melhoria da renda de algumas famílias.

No que diz respeito aos altos níveis de desconfiança em relação a desconhecidos e estrangeiros, isso pode ser explicado por um certo medo do desconhecido, como indicam as notas dos inquiridos. Segundo um inquirido, o facto de um estrangeiro e desconhecido não ter bases familiares na comunidade dificulta a confiança nas pessoas. Nas suas palavras, “*a maioria dos malfeiteiros vêm de fora do país e, como não tem bases criadas e nem famílias, é mais complicado de serem encontrados*”⁴⁶. Para outros é

44 Homem entrevistado em Mitonia, Chimbunila, 18 de Agosto de 2024.

45 Para mais detalhes sobre o campesinato e as implicações da estratificação social ver: Wuyts (1981). Camponeses e Economia Rural em Moçambique. Maputo, UEM, Centro de Estudos Africanos.

46 Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

mais fácil confiar nos deslocados internos do que nos estrangeiros porque

As pessoas que vêm de algumas províncias de Moçambique, às vezes é por conta da guerra e outros motivos, mas as pessoas estrangeiras fica complicado identificar o motivo que faz elas mudarem-se para um distrito pouco desenvolvido⁴⁷.

Outro inquirido, justifica esta desconfiança afirmando que “nesses grupos pode existir infiltrados, caso o motivo de terem sido deslocados seja a guerra. Não tem como confiar em alguém que não conhecemos”⁴⁸.

A razão desta desconfiança em relação aos estrangeiros e deslocados parece estar ligada ao clima de medo instalado nestas comunidades pela guerra em Cabo Delgado. A questão de intolerância em relação aos estrangeiros foi muito explorada nas discussões dos grupos focais, principalmente no grupo realizado em Chala, zona que se localiza na fronteira com o Malawi. De acordo com um dos participantes do grupo focal, “o afluxo de malawianos à zona de Chala, alegadamente para fazer agricultura e garimpo, pode também facilitar a infiltração de pessoas mal intencionadas, ligadas a Al-shabaab, que opera em Cabo Delgado”⁴⁹.

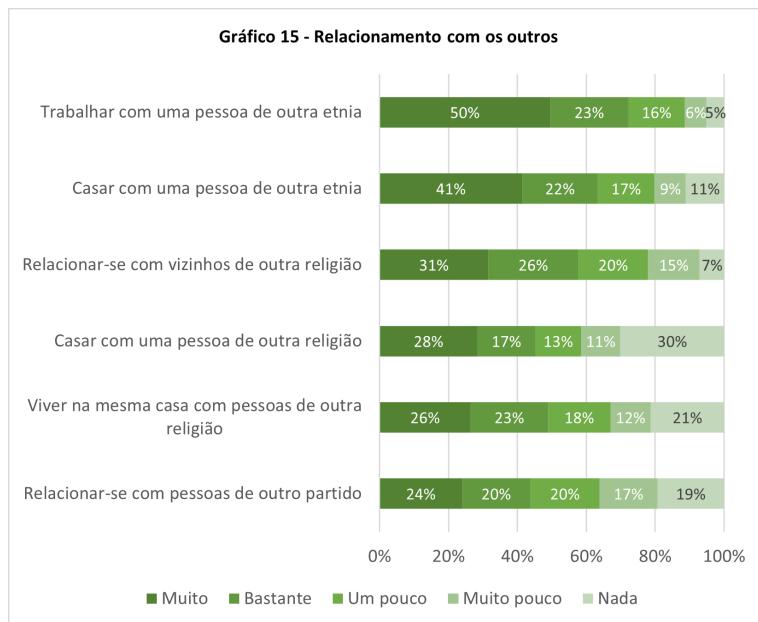
Para além da questão de segurança, a disputa de terras também pode estar na origem da intolerância em relação à presença de estrangeiros e desconhecidos no distrito, tal como descreve um dos participantes da discussão do grupo focal acima referenciado:

47 Mulher inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

48 Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

49 Homem interveniente de Grupo focal em Chala, 23 de Agosto de 2024.

Por razões históricas, como a guerra dos 16 anos, muitos moçambicanos atravessaram a fronteira para Malawi e nunca mais voltaram. Lá eles formaram casamentos. E, porque o Malawi é um território pequeno e está cada vez mais a registar aumento populacional, muita gente ficou sem terras para cultivar. Aliado a isso é o facto de o governo malawiano ter, durante anos, incentivado o uso de adubos químicos para o cultivo o que tornou a terra infértil. Por causa dessa dificuldade de terra para a prática agrícola muitas dessas famílias vêm para o nosso país para fazer machambas. Eles ocupavam terras que os moçambicanos deixavam a descansar para produzir mais sais minerais. Mas os malawianos, eles não olhavam para isso. Chegavam, encontravam a terra a descansar e começavam a plantar na machamba. Quando o moçambicano voltava para a sua machamba via que esta estava ocupada e a reclamava de volta. Depois que os donos levavam as machambas de volta, eles começaram a invadir e desbravar as nossas matas (...). A questão é que nós estamos a reproduzir-nos, temos filhos, netos, estamos a guardar essas terras para eles. E vai chegar uma fase que estes não terão onde produzir. Eles vão começar a murmurar e dizer os nossos antepassados não deixaram nada para nós e venderam para os estrangeiros. Por isso não queremos malawianos aqui⁵⁰.



50 Homem interveniente de grupo focal em Chala, 23.de Agosto de 2024.

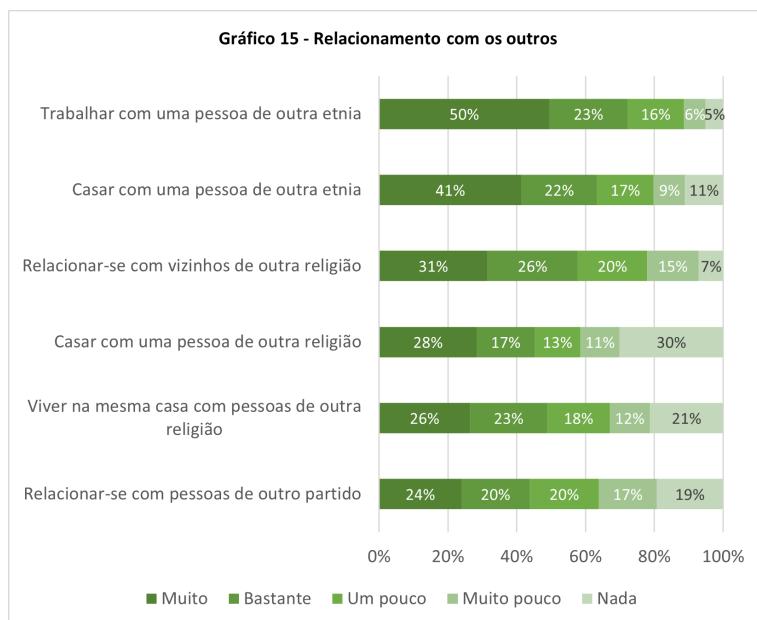
O gráfico 15 confirma que a convivência com pessoas de outra religião não parece ser um grande problema: apenas 7% dos inquiridos afirmam que não se sentem nada confortáveis com isso e 21% dos inquiridos afirmam que não se sentiriam nada confortáveis em viver na mesma casa com pessoas de outra religião. Porém, quando se trata da hipótese de casar com uma pessoa de religião diferente, a percentagem de inquiridos que declaram não concordar nada com isso aumenta para 30%.

Curiosamente, o relacionamento com pessoas simpatizantes de outro partido parece ser um problema para os inquiridos, transmitindo a ideia da existência de um alto nível de intolerância política: 36% dos inquiridos não concordam nada, ou muito pouco, em se relacionar com pessoas de outro partido. Neste aspecto, constata-se uma deterioração em relação a 2022, pois nessa altura o valor correspondente era apenas de 26%.

6. CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Nesta secção, dedicada à confiança nas instituições, os resultados do inquérito são apresentados em três grupos: confiança em relação a serviços públicos, a instituições políticas locais e a instituições políticas de nível provincial e nacional.⁵¹

Em Chimbunila, a maior confiança (gráfico 16) regista-se em relação aos serviços de educação (59% dos inquiridos confiam muito), seguidos dos serviços de saúde (56%) e dos tribunais (56%). Os serviços que suscitam menos confiança são os serviços de água (23% dos inquiridos não confiam) e a CNE (14%). Comparando com os resultados de 2022, verifica-se que a hierarquia da confiança nos serviços é a mesma, mas o nível de confiança é bastante mais baixo. Por outro lado, o nível de desconfiança em relação à CNE passou a ser mais importante: em 2022, 8% dos inquiridos confiavam muito pouco e não confiavam na CNE, valor que subiu para 23% em 2024.



51 Os valores apresentados foram calculados excluindo as respostas “não conhece” e “não sabe”.

Apesar do nível de confiança em relação aos serviços de educação ser positivo nas duas rondas do Barómetro de Coesão Social (81 % em 2022 e 77 % em 2024), as condições das escolas, a precariedade das infraestruturas, a falta de carteiras, etc, continuam a ser um problema para os inquiridos. Estas condições afectam a qualidade de ensino uma vez que elas fazem com que alguns professores abandonem os postos de trabalho conforme indicam as discussões nos grupos focais e entrevistas individuais. Nas palavras do director de uma escola primária de Chipanga, alguns professores abandonam a escola por causa das longas distâncias, péssimas condições de estradas e alojamento:

Tínhamos um diretor-adjunto que foi transferido para aqui, mas depois de vir reconhecer o local, nunca mais voltou. Houve também uma professora que só lecionou um trimestre e nunca mais voltou, também devido às condições de acesso à escola e à falta de casas condignas para os professores. Neste momento, estamos apenas três professores a trabalhar na razão de 532 crianças. Aqui lecionamos da 1ª à 5ª classe. Entretanto, o nível de frequência dos alunos também é deficiente. Muitos alunos não vêm para a escola porque os próprios pais preferem usar as crianças nos trabalhos domésticos, nas machambas e actividades de garimpo. É normal os pais levarem consigo as crianças em idade escolar para áreas onde praticam o garimpo para cuidarem dos seus irmãos mais pequenos, ou para as machambas. Às vezes, quando fazemos a caça ao aluno, (os professores são obrigados a ir de casa em casa para trazer as crianças para a escola) encontramos crianças a pilar cerca de duas latas de milho. É uma situação muito triste⁵².

Entretanto, essa caça ao aluno, em algumas zonas, tal como no posto administrativo de Mussa, tem gerados conflitos entre os professores e os pais das crianças:

Aqui, é normal as salas de aulas ficarem vazias. E, para trazer os alunos à escola, os professores são obrigados a ir de casa em casa em busca de alunos, fazer caça ao aluno como nós chamamos aqui. Só que, chegados lá, os pais das crianças costumam enxotar os professores e ameaçá-los até de porrada. Alegadamente porque eles não acreditam que a escola pode mudar a vida destas crianças. É normal ouvir palavras como: 'Desde quando a escola é importante? Estão aí nossos filhos mais velhos que estudaram e estão a capinar como nós por falta de emprego.' Ou, 'vocês andam atrás das nossas crianças porquê? Elas são mais úteis em casa, ou na machamba, do que na vossa escola!' Você pode ouvir palavras

52 Entrevista, homem (professor), Chipanga, 20 de Agosto de 2024.

como: ‘*Esta criança é tua por acaso?*’ Neste período do ano, que é quando abrem o unhago (ritos de iniciação), a situação fica pior. As crianças ficam no mato para ter ritos de iniciação, os mais grandinhos também ficam lá a cuidar dos irmãos mais novos e as salas de aulas ficam quase vazias (...) Esta população é muito complicada

⁵³.

Embora a maioria dos inquiridos afirmem um alto nível de confiança nos serviços de saúde, tal como nos serviços de educação, ainda há muitas reclamações em relação à qualidade destes serviços. Em algumas áreas como, por exemplo, em Macassangilo, onde não existe hospital, as pessoas são obrigadas a percorrer longas distâncias para chegar a Chimbunila-sede, ou à cidade de Lichinga, para ter atendimento médico. Segundo um dos entrevistados, devido às longas distâncias e aos preços de transporte para se chegar ao hospital, muitas pessoas acabam morrendo nas aldeias, principalmente as mulheres grávidas, porque não têm 300 meticais para pagar o transporte para se deslocarem ao hospital. Durante as reuniões com as autoridades locais e o Governador, os residentes têm-se manifestado em relação à falta de hospital, “mas nada acontece, só fazem promessas”⁵⁴. Na mesma linha, um inquirido afirmou que “aqui nesta zona não temos hospital; o hospital que usamos aqui é de Namuanica, andamos cerca de 4 horas para chegar lá, com mota gastamos 1 litro de gasolina”⁵⁵.

Entretanto, notou-se também que, mesmo nas áreas onde existem hospitais, as pessoas reclamam das condições precárias dos mesmos e da falta de serviços hospitalares, tais como Banco de Socorros e Maternidades: “Estamos a pedir para fazer uma maternidade aqui no bairro porque lá na sede é longe”⁵⁶; “O hospital é pequeno e as pessoas da comunidade são muitas. Normalmente, fecham o hospital na sexta e só voltam a abrir na segunda”⁵⁷.

Outros participantes do estudo reclamaram do mau atendimento e cobranças ilícitas por parte dos profissionais de saúde: “No hospital local os enfermeiros passam muito tempo conversando”⁵⁸ e “por negligência, algumas pessoas acabam perdendo a vida pela demora no atendimento. E, quando são criticados, dizem para o paciente parar de reclamar e ir estudar para ter emprego, pois eles já têm emprego”⁵⁹. Outra reclamação apre-

53 Entrevista, homem, Mussa, 14 de Agosto de 2024.

54

55 Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 14 de Agosto de 2024.

56 Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

57 Mulher inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 14 de Agosto de 2024.

58 Mulher inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

59 Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

sentada é de que "os técnicos tardam a atender os pacientes, e muitas vezes cobram até 500 MT às parturientes"⁶⁰. Alguns inquiridos reclamaram do horário do funcionamento dos hospitais: "os serviços de saúde não funcionam durante o período noturno. O local fica com as portas encerradas mesmo nos domingos"⁶¹.

Ainda na mesma linha das reclamações acerca da qualidade dos serviços de saúde, a condição de acessibilidade ao centro de saúde constitui também um motivo de frustração e preocupação por parte dos seus utentes e até mesmo dos profissionais de saúde. Durante a entrevista com um director do centro de saúde de Macassangilio, este descreveu as complicações e os perigos que advêm das más condições das estradas:

*As estradas aqui são muito difíceis, principalmente no tempo chuvoso. Às vezes precisamos transferir um doente grave, ou mulher em trabalho de parto complicado, para a cidade de Lichinga, mas a ambulância não consegue chegar até aqui. Quando houve surto de cólera, no ano de 2023, morreu muita gente por causa das dificuldades da estrada. Isto afecta principalmente aqueles de Luambala, pois nem mota conseguia passar ali*⁶².

Por outro lado, tal como mostra o gráfico 16 sobre a confiança nos serviços, o sector de água apresenta baixos níveis de confiança, tal como em 2022. As populações continuam a não ter acesso a água potável e a ter de recorrer aos poços tradicionais, lagos e rios para o consumo de água, tal como indica a nota a seguir de um dos inquiridores: "aqui não temos muitos furos, a maior parte das pessoas usam água do poço. Nessa minha área, as mulheres cavam nos pântanos para encontrar um pouco de água"⁶³. Mesmo nos casos de áreas onde as comunidades têm fontanários, o nível de acesso à água também é deficiente, quer pela frequência com a qual a água sai dos fontanários, pois segundo os inquiridos, "normalmente sai um balde de água por dia"; ou a "água não sai, mas têm cobrado,"⁶⁴ quer porque a demanda é maior por causa do número da população.

Assunto de água é um problema grave. Enche muito. Se você ir lá, é normal levar sete horas de tempo para conseguir um balde de água. Aqui temos furos, mas

⁶⁰ Mulher inquirida, posto administrativo de Lione, 17 de Agosto de 2024.

⁶¹ Homem inquirido, posto administrativo de Lione, 18 de Agosto de 2024.

⁶² Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 18 de Agosto de 2024.

⁶³ Homem inquirido, posto administrativo de Lione, 17 de Agosto de 2024.

⁶⁴ Mulher Inquirida, posto administrativo de Lione, 17 de Agosto de 2024.

não são suficientes, porque somos muitos⁶⁵.

A outra reclamação dos utentes dos fontanários é a seriedade dos gestores das mesmas. Alguns membros das comunidades reclamam das cobranças feitas por estes, com a justificativa de que o valor será usado para garantir a manutenção dos fontanários no caso de avarias. Para um dos nossos entrevistados, estas cobranças criam um sentimento de exclusão na comunidade porque

Por mês tem de pagar 50 meticais para fazer manutenção do poço. Tem pessoas que controlam estes poços. Aquele que não consegue 50 meticais, não tira água. Vai tirar no rio. Esse preço é muito alto para a população daqui⁶⁶.

Outra entrevistada de Namicunde, desconfiou da cobrança do valor para manutenção de fontanários, porque, segundo ela, “*se o Governo lhes deu poço, não há razão para se cobrar pela manutenção, o governo mesmo é que devia fazer a manutenção*”. A sua indignação é: “*porque as pessoas têm de pagar? Não será para os gestores dos poços comer o dinheiro da comunidade?*”⁶⁷ Um homem residente em Metonia, no posto administrativo de Lione, também reclamou das contribuições feitas para a manutenção dos fontanários. Este entrevistado contou que os dois fontanários que existem na sua comunidade estão avariados e, apesar das pessoas terem contribuído para a sua manutenção, estes continuam no mesmo estado:

Havia dois fontanários, mas estão estragados e tiramos água no rio. Nós pagávamos por mês 20 meticais. Mas dinheiro dele não sabemos onde foi parar (...) Os fontanários estragaram-se e não estão a arranjar. Faz dois anos sem água nos poços⁶⁸.

Estas reclamações quase que generalizadas em relação aos serviços de abastecimento de água sugerem o quanto prioritário é este sector para os residentes do distrito de Chimbunila.

Apesar de um grande número dos inquiridos (cerca de 57%) afirmarem ter confiança na CNE, o número daqueles que desconfiam desta instituição subiu significativamente de 2022 para 2024. Na percepção de alguns dos inquiridos, a CNE não trabalha de

65 Mulher Inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

66 Entrevista, jovem, em Macassangilo, 16 de Agosto de 2024.

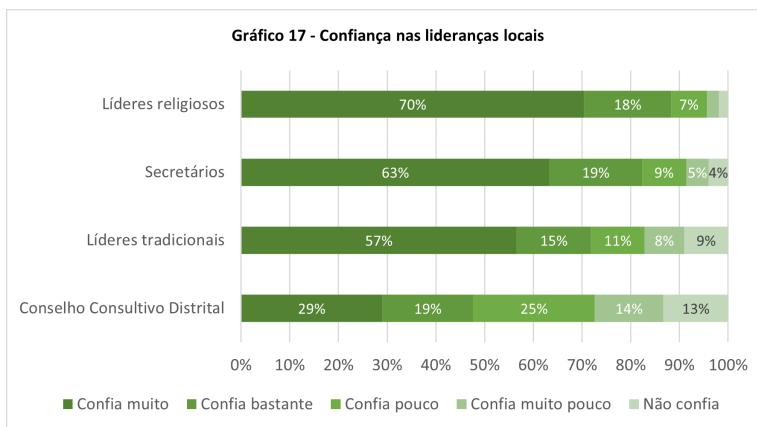
67 Entrevista, mulher, Namicunde, 15 de Agosto de 2024.

68 Entrevista com um homem, ex-soldado, Chimbunila, 18 de Agosto de 2024.

forma imparcial, tal como indicam algumas notas: "Porque tem alguns que vão com objectivo de beneficiar um partido vindo do pressuposto de que é uma instituição que deve ser parcial"⁶⁹. Um outro inquirido argumenta que durante o período de recenseamento estes serviços eram selectivos, "razão pela qual não teve o cartão de eleitor"⁷⁰. Um outro inquirido ainda acrescentou: "Nos processos eleitorais, nunca houve transparência, isto é, existe uma tendência de favorecer um partido, em detrimento de outro"⁷¹.

Os extractos das entrevistas citados acima, em grande medida, reflectem a frustração dos cidadãos relativamente à CNE, facto que põe em causa a credibilidade das instituições de gestão eleitoral. De acordo com Jeannotte (2003), quando a credibilidade das instituições é posta em causa pelos cidadãos, elas perdem o apoio dos mesmos, e essa falta de apoio pode se manifestar de várias formas como, por exemplo, a abstenção dos indivíduos do processo eleitoral, o que também pode afectar a coesão social.

No que diz respeito às lideranças locais (gráfico 17), é de destacar que são os líderes religiosos que beneficiam de maior confiança: 70% dos inquiridos disseram confiar muito neles. Os secretários de bairro ou localidade ocupam a segunda posição, com 63% de inquiridos que confiam muito, seguidos dos líderes tradicionais (57%). Na última posição está o Conselho Consultivo Distrital, com 29% dos inquiridos que dizem confiar muito.



Em termos de confiança na liderança a nível provincial e nacional (gráfico 18), o Governador Provincial é quem inspira maior confiança (62% confiam muito), seguido

⁶⁹ Homem entrevistado, Chimbunila-sede, 12 Agosto de 2024.

⁷⁰ Homem inquirido, Chimbunila-sede, 13 de Agosto de 2024.

⁷¹ Mulher inquirida, Chimbunila-sede, 13 de Agosto de 2024.

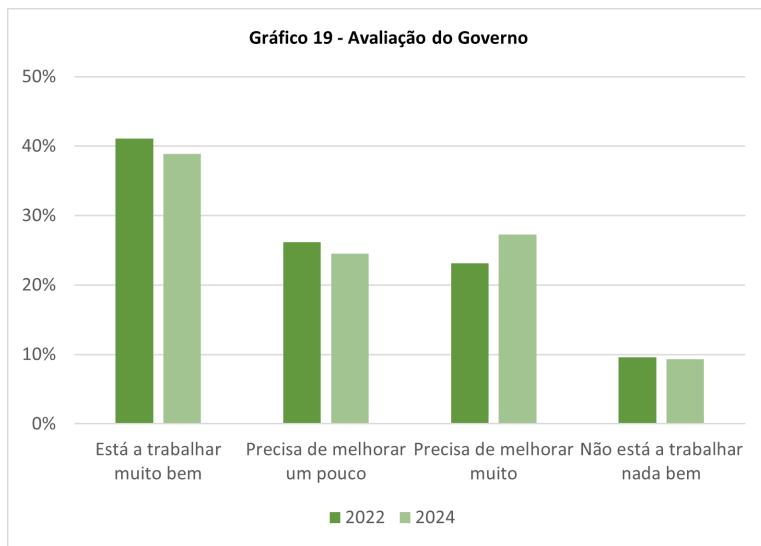
do Presidente da República (56%) e do Secretário de Estado (52%). A Assembleia da República e a Assembleia Provincial apenas recolhem muita confiança de 40% e 39% dos inquiridos, respectivamente.



É de destacar que entre 2022 e 2024 também o nível de confiança em relação às lideranças provinciais e nacional reduziu, reforçando-se o nível de desconfiança, em particular, em relação às Assembleias Provinciais e à Assembleia da República.

7. REPRESENTAÇÃO

Em Chimbunila, a avaliação que os inquiridos fazem da acção do Governo mostra que existe um certo grau de insatisfação, pois 27% pensam que o Governo precisa de melhorar muito e 9% pensam que não está a trabalhar nada bem (gráfico 19), registando-se um ligeiro aumento em 2024 dos que pensam que o Governo precisa de melhorar muito. Neste aspecto não se observa nenhuma diferença significativa em termos de sexo, mas há uma grande diferença na apreciação em função da idade: enquanto 42% dos jovens dizem que o Governo precisa de melhorar muito, ou que não está a trabalhar nada bem, o valor correspondente para os não jovens é de apenas 31%.



Entre 2022 e 2024 registou-se uma grande alteração na apreciação dos inquiridos em relação à qualidade de uma eventual governação de outro partido. Em 2022 houve 14% dos inquiridos que não se quiseram pronunciar sobre o assunto, optando pela resposta “não sei”, enquanto em 2024 esse número foi inferior a 1%. Mas, sobretudo, em 2022 havia 26% dos inquiridos que consideravam que outro partido governaria melhor (muito melhor, melhor e um pouco melhor) e esse número passou para 52% em 2024. Ao mesmo tempo, enquanto, em 2022, 58% dos inquiridos consideravam que a governação de outro partido seria pior (pior e muito pior), em 2024 esse valor reduziu-se para 25% (gráfico 20). Em 2024, são sobretudo os jovens (59%) que espe-

ram uma melhor governação de outro partido (muito melhor, melhor e um pouco melhor) para apenas 45% dos não jovens.

O nível de insatisfação com a actual governação está evidente nas notas dos inquiridores. Os inquiridos reclamaram de expor sempre as mesmas preocupações às autoridades, mas que estas nunca são atendidas: "*mercado, hospital distrital são coisas que têm sido reclamação constante e até o momento nada mudou*"⁷²; "*Quando nós pedimos algo é muito difícil para ser atendidos, quase nunca temos uma resposta*"⁷³.

As entrevistas e discussões em grupos focais trazem muitos elementos que traduzem a insatisfação com a actual governação. Por exemplo, um jovem residente em Mitonia, posto administrativo de Lione mencionou o seguinte:

*Aqui os jovens jogam bola e capinam. Há falta de emprego. Eu e outros jovens daqui fizemos a 12ª classe com muito sacrifício porque os nossos pais tinham de capinar e vender os produtos da machamba para podermos estudar. Agora que escola acabou, nós também virámos camponeses. Aqui não acontece nada. Até estão a rir de nós, do tipo gastar tempo a estudar para depois acabar como nós a capinar. Certificado está a apodrecer aqui. O governo não nos olha. Não cria emprego para os jovens. Mesmo ir para a universidade é muito difícil porque não temos condições. Estamos a sofrer.*⁷⁴

Um outro entrevistado no posto administrativo de Lione também reclamou da falta de emprego para a população local:

*Aqui só estamos a capinar. Se pelo menos nos colocassem uma empresa para fazermos alguma coisa. Sabe, aqui tem muitas pessoas que estudaram, mas não estão a fazer nada. O governo tem de nos reparar porque também somos pessoas.*⁷⁵

Como se pode notar a partir das citações acima, a avaliação negativa está, por um lado, relacionada com o sentimento dos indivíduos em relação à incapacidade do Governo no que se refere à criação de oportunidades de emprego, sobretudo para os jovens que, uma vez formados, não encontram outra alternativa senão dedicar-se

72 Homem inquirido, Chimbunila-sede, 12 de Agosto de 2024.

73 Mulher inquirida, Chimbunila-sede, 13 de Agosto de 2024.

74 Entrevista, homem jovem, Mitonia, 18 de Agosto de 2024.

75 Homem inquirido no posto administrativo de Lione, 17 de Agosto de 2024.

à agricultura. Por outro lado, a pesquisa revelou que essa avaliação negativa em relação à governação está relacionada com a incapacidade do governo em responder às demandas da população local em termos de melhoria na prestação de serviços públicos, com destaque para as vias de acesso, o abastecimento de água, o fornecimento da corrente elétrica, a construção de unidades sanitárias, a construção de mercados, etc. Por exemplo, em relação às vias de acesso, um dos entrevistados afirmou o seguinte: "*O governo deve melhorar as condições da estrada que leva até a sede do distrito*"⁷⁶; "*O governo não nos considera, desde há muito que temos suplicado pelo melhoramento da nossa estrada, mas nem água vem, nem água vai*"⁷⁷.

Muitas famílias ainda não foram abrangidas pela rede da corrente elétrica e nem têm acesso à água potável. Por exemplo, alguns inquiridos afirmaram que o Governo teria prometido estender os serviços de eletricidade e abastecimento de água para a sua comunidade, mas até ao momento da realização desta pesquisa nada tinha sido cumprido: "*faz tempo que prometeram estender os serviços de energia e água, mas até hoje tudo permanece estagnado*"⁷⁸ ; "*Na nossa comunidade não temos energia eléctrica e nem postos de abastecimento de água. São coisas que as pessoas usam para viver*"⁷⁹; "*Precisamos de água e energia nesta comunidade. Depois disso, direi que o Governo está a trabalhar imensamente*"⁸⁰.

Por causa da insatisfação com a actual governação, muitos dos entrevistados, sobre tudo os mais jovens, acabam depositando esperança na governação de um outro partido, como mostra o extracto de uma discussão em grupo focal realizado em Mussa, no posto administrativo de Chimbunila-sede:

*Eu até era da Frelimo, fazia parte da OJM (Organização da Juventude Moçambicana) mas estou a ver que o partido não me dá nada, por isso saí. Andam a escolher pessoas para ter oportunidades. Agora estamos a ver esse senhor com novo partido CAD, acho que ele pode conseguir resolver o problema dos jovens. Estes da Frelimo não fazem nada, só comem sozinhos e nós já estamos cansados de sofrer. Esperança não temos*⁸¹.

⁷⁶ Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

⁷⁷ Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 16 de Agosto de 2024.

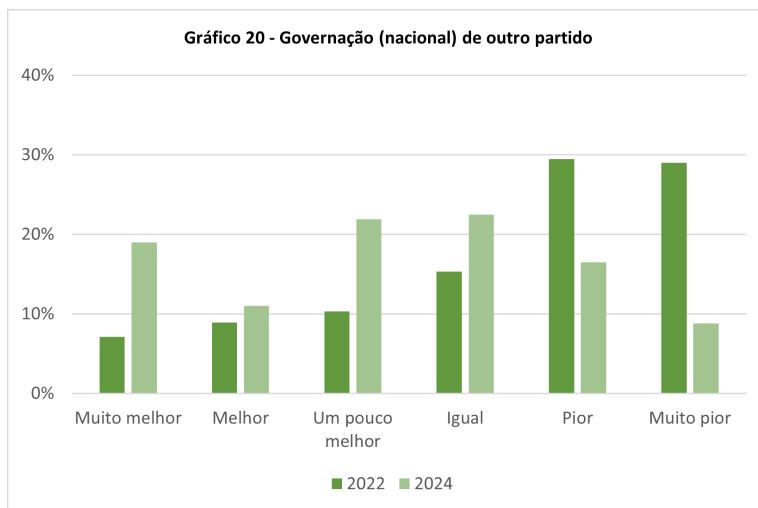
⁷⁸ Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

⁷⁹ Mulher inquirida no posto administrativo de Lione, 18 de Agosto de 2024.

⁸⁰ Mulher inquirida no posto administrativo de Lione, 18 de Agosto de 2024.

⁸¹ Entrevista, mulher, Chimbunila-sede, 14 de Agosto de 2024.

Um outro jovem entrevistado no posto administrativo de Lione também parece acreditar que a governação de um partido político diferente do actual pode melhorar a situação dos residentes de Chimbunila “porque passaram anos e anos, mas nunca mudou nada. Acho que esse que entrar pode fazer uma diferença”⁸². Na opinião de alguns jovens a governação de um outro partido “pode melhorar a falta de eletricidade e o problema de abastecimento de água seria ultrapassado”⁸³. Outro inquirido sugere que “teríamos boa estrada nesta comunidade”⁸⁴.



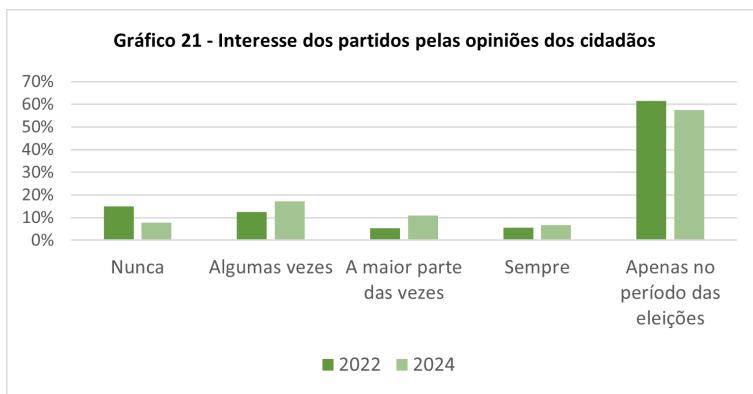
A insatisfação descrita acima em relação à governação actual é o reflexo do crescente descontentamento existente ao nível da sociedade moçambicana. A crise pós-eleitoral é um exemplo claro desse descontentamento. Portanto, apesar de ainda não se ter registado nenhum episódio de violência no distrito de Chimbunila, como aconteceu noutros pontos do país, os factos discutidos neste relatório não devem ser ignorados, pois, revelam a existência de um terreno fértil para a eclosão de possíveis conflitos violentos a qualquer momento.

Em consonância com a insatisfação observada, existe uma ideia dominante entre os inquiridos de que os partidos apenas manifestam interesse pelas opiniões dos cidadãos no período das eleições (gráfico 21).

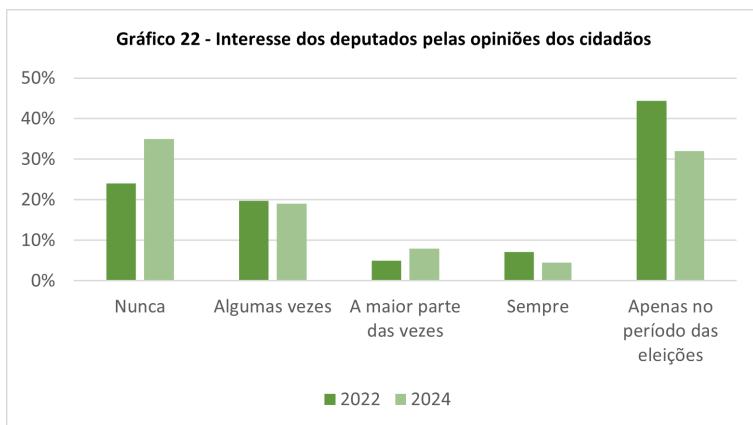
82 Mulher inquirida no posto administrativo de Lione, 18 de Agosto de 2024.

83 Homem inquirido no posto administrativo de Lione, 18 de Agosto de 2024.

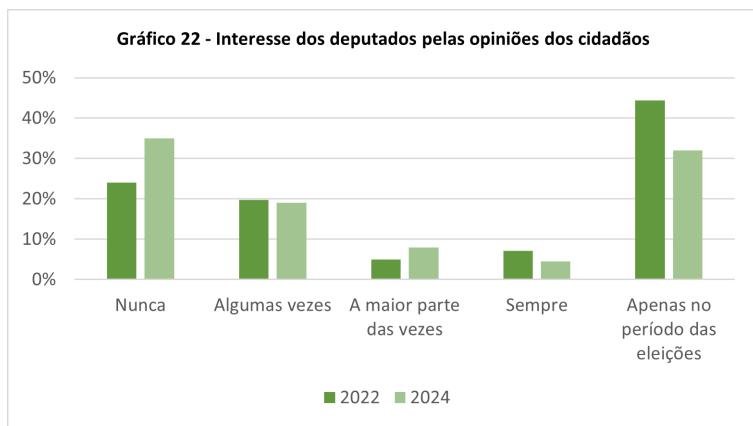
84 Homem inquirido no posto administrativo de Chimbunila, 16 de Agosto de 2024.



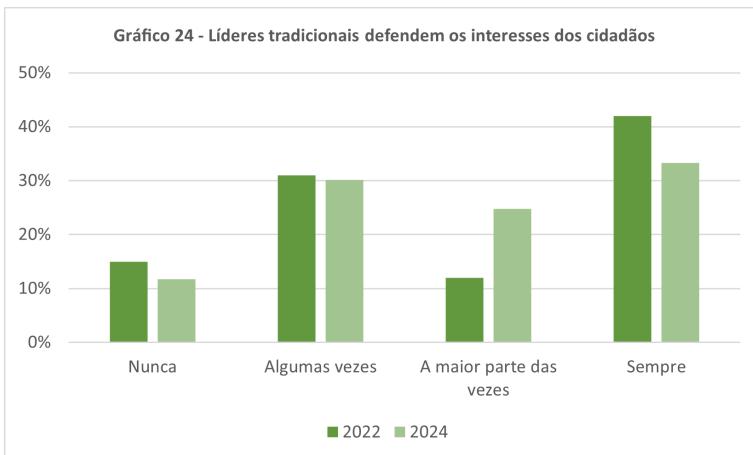
A evolução da tendência entre 2022 e 2024 é para uma opinião mais crítica, especialmente no que se refere aos deputados. Enquanto 24% dos inquiridos em 2022 responderam que os deputados nunca se interessam pelas suas opiniões, esse número sobe para 35% em 2024 (gráfico 22).

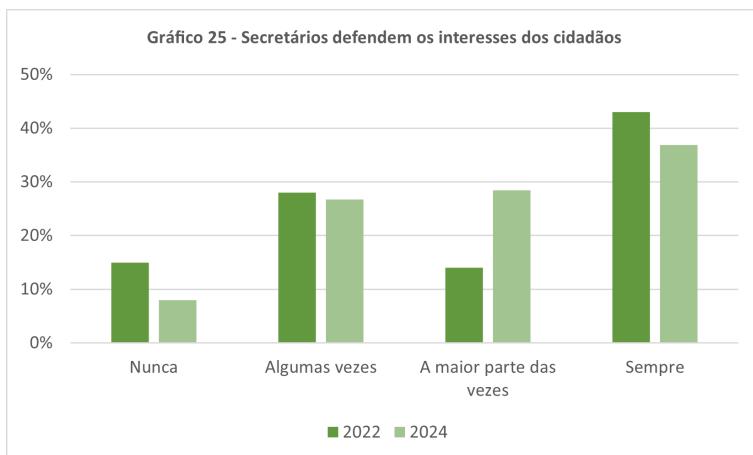


A apreciação em relação aos membros da Assembleia Provincial é praticamente a mesma e não regista nenhuma evolução significativa de 2022 para 2024. A maioria dos inquiridos (à volta de 80%) consideram que esses representantes eleitos nunca, ou só algumas vezes, se interessam em ouvir os cidadãos (gráfico 23).



Ao contrário dos partidos e dos membros eleitos de órgãos representativos, os líderes tradicionais e os secretários de bairro beneficiam de uma apreciação mais positiva. Assim, em 2024, 65% dos inquiridos consideram que os secretários defendem sempre, ou a maior parte das vezes, os interesses dos cidadãos e 58% têm a mesma opinião em relação aos líderes tradicionais (gráficos 24 e 25).





Apesar de, na segunda ronda (à semelhança do que aconteceu na primeira), os inquiridos de Chimbunila demonstrarem uma apreciação positiva em relação aos líderes comunitários (secretários dos bairros e líderes tradicionais), uma parte da população queixa-se da forma como estes trabalham. Alguns inquiridos apontam a existência de clientelismo e corrupção na resolução dos problemas: “*Quando vamos apresentar um caso, nos cobra 200 meticais cada pessoa envolvida no problema, e mesmo quando desistimos do caso e resolvemos entre nós, ele cobra mesmo assim*”⁸⁵. Outros acusam os líderes comunitários de usarem o dinheiro que devia beneficiar os cidadãos para benefício próprio: “*deram-lhe dinheiro para construir mercado, ele comeu e não vimos onde foi. Aqui as pessoas não lhe gostam*”⁸⁶; “*Não confio nele porque ele vende as nossas terras sem o nosso consentimento*”⁸⁷. Em alguns casos, as autoridades tradicionais são acusadas de beneficiar apenas pessoas próximas: “*São eles que são escolhidos quando aparecem projectos e eles indicam as pessoas que eles querem e excluem a nós outros*”⁸⁸.

A acusação de as autoridades locais usurparem as terras das comunidades e vendêrem para empresas é frequente em Chimbunila e foi tema de discussão do grupo focal realizado em Machemba. As comunidades residentes na área acusam o régu-lo local e os seus secretários de terem vendido terra para uma empresa que está a explorar a cultura de macadâmia nas áreas de Malimuse, Machemba e Mitonia. Um

⁸⁵ Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

⁸⁶ Mulher inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

⁸⁷ Mulher inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 14 de Agosto de 2024.

⁸⁸ Homem inquirido, posto administrativo de Lione, 16 de Agosto de 2024.

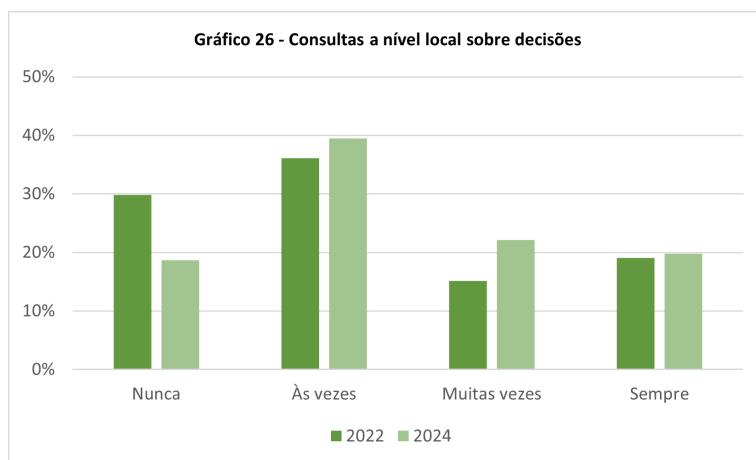
jovem participante do grupo focal e proprietário de uma das machambas onde a empresa se encontra a operar, expressou o seu descontentamento em relação à conduta das autoridades locais na concessão de terras a estrangeiros nos seguintes termos:

Fomos para outro lado da montanha cultivar para deixar esta terra descansar. Aqui, sempre se faz assim mesmo. Isso pode ser quatro a cinco anos. De repente, vimos que entrou uma empresa de macadâmia e quem ofereceu as terras foi o régulo, sem sequer consultar os donos das terras. Ele recebeu dinheiro para dar branco cultivar nossas machambas. Agora queremos as terras de volta porque lá onde estávamos as terras estão cansadas de novo. A gente nem quer dinheiro, porque queremos Ugadi (Xima). Nós queremos as terras de volta. Eles devem entregar a terra da população. As pessoas estão a zangar porque terra é o único bem que nós temos. Não temos emprego e nem nada. Já veio muitos chefes, Secretário do Estado da Província, pessoa da agricultura, vinham resolver o assunto. Mas ainda não nos devolveram as nossas machambas⁸⁹.

O assunto da concessão de terras a uma empresa estrangeira que explora macadâmia em Machemba tem criado um grande conflito entre as comunidades afectadas, os régulos e os proprietários da empresa, ao ponto de a população estar constantemente a queimar os campos de plantação de macadâmia como sinal de protesto. Para piorar a situação, a empresa havia empregado um número considerável de residentes locais, mas estes estão há quase um ano sem receber salários, o que também tem provocado fúria popular, manifestações e processos judiciais movidos pelos trabalhadores contra a empresa.

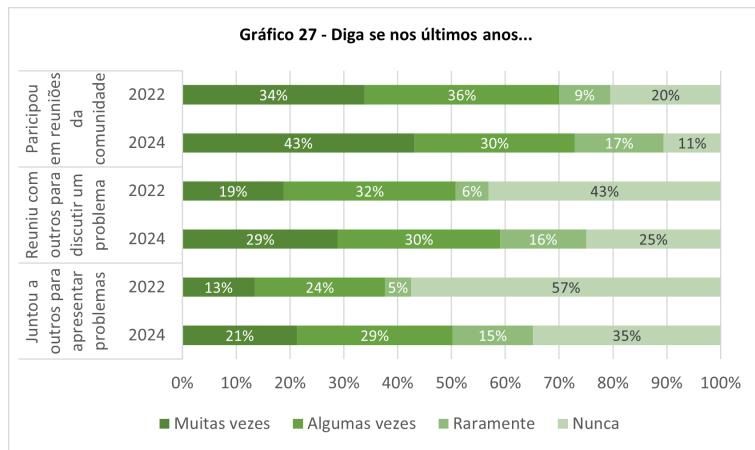
89 Homem interviente do Grupo focal, Machemba, 22 de Agosto de 2024.

Finalmente, num contexto de fraco sentimento de representação ao nível político por parte dos cidadãos, é de referir que a participação destes nas decisões sobre questões locais não é muito alta, pois, em 2024, só 42% dos inquiridos dizem que há sempre, ou muitas vezes, consultas por parte das autoridades locais antes da tomada de decisões. É de referir, no entanto, que sobre este ponto regista-se um aumento em relação a 2022 (34%) (gráfico 26).

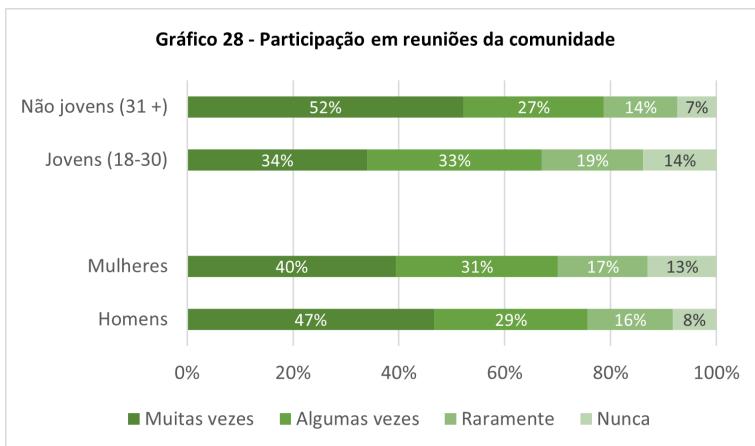


8. ENGAJAMENTO CÍVICO

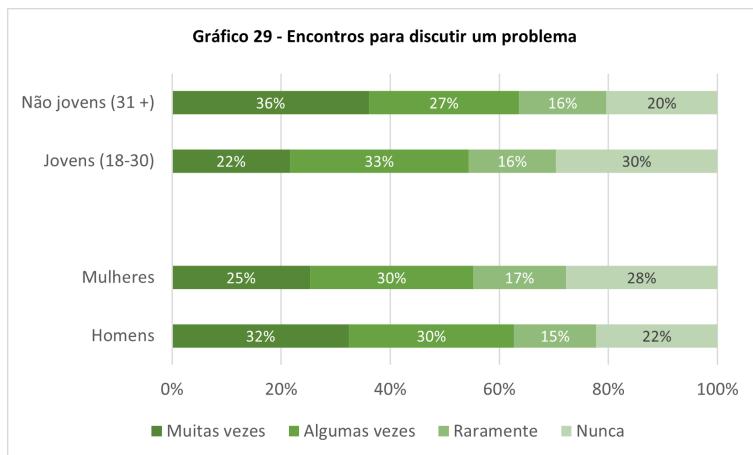
O nível de engajamento cívico em Chimbunila parece ter aumentado relativamente ao ano de 2022 (gráfico 27). A participação “muitas vezes” em reuniões da comunidade passou de 34% para 43%, a discussão de problemas em reunião com outros cidadãos passou de 19% para 29% e a situação de se juntar a outros para apresentar problemas passou de 13% para 21%. É de referir, no entanto, que em 2024 ainda há 27% dos inquiridos que nunca, ou raramente, participaram em reuniões da comunidade.



Uma análise mais pormenorizada permite ver que quem participa mais nas reuniões da comunidade são os mais velhos e os homens (gráfico 28).



Da mesma maneira, são também os homens e os mais velhos que mais se reúnem para discutir problemas da comunidade (gráfico 29).



Apesar de quase metade dos inquiridos afirmarem participar muitas vezes nas reuniões da comunidade, é possível ver, através das notas dos inquiridores, das discussões em grupos focais e entrevistas individuais, que essa participação nas reuniões é limitada. As pessoas vão às reuniões marcadas pelas lideranças apenas para marcar presença e evitar represálias, pois elas não podem expressar as suas opiniões livremente:

Eu não contribuo mais nas reuniões comunitárias. Sempre que tento expressar minha opinião ou trazer sugestões, os líderes comunitários me calam depois que reunião termina, usando intimidação para que eu não expresse a minha opinião, como se o meu único papel na reunião fosse de simplesmente ouvir e seguir o que as autoridades têm a dizer, sem dar o meu ponto de vista.⁹⁰

De facto, parece haver um medo quase generalizado no seio das comunidades locais em expressarem as suas opiniões nos encontros comunitários: "Sempre que vou a uma reunião, tenho medo de falar"⁹¹, "Sinto medo de expressar o que penso"⁹², "Não posso falar porque tenho medo das autoridades locais"⁹³, são algumas notas dos inquiridos em relação à falta de liberdade de expressão nas reuniões e ao medo de represálias. Por outro lado, existem pessoas que simplesmente se abstêm de participar nas reuniões

90 Entrevista, homem, posto administrativo de Lione, 19 de Agosto de 2024.

91 Entrevista, Homem, posto administrativo de Chimbunila-sede, 15 de Agosto de 2024.

92 Homem inquirido, posto administrativo de Chimbunila, 12 de Agosto de 2024.

93 Mulher inquirida, posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

por considerarem que estas não trazem resultados positivos para a comunidade, conforme ilustram as palavras de um inquirido: “*eu não vou porque senão irei ofender porque estou cansada*”⁹⁴.

É possível, no entanto, observar que o medo de falar nas reuniões é mais frequente quando se trata de mulheres: “*Nos nossos encontros comunitários nós as mulheres somos a plateia, não falamos alguma coisa, apenas assistimos e aplaudimos as decisões dos homens*”⁹⁵; “*Nas reuniões comunitárias as mulheres são passivas, os homens decidem tudo*”⁹⁶ e “*tenho medo das pessoas fazerem pouco das minhas palavras e ser julgada pelo resto da comunidade*”⁹⁷. Estes testemunhos expressam o sentimento de exclusão das mulheres na tomada de decisões.

Para além das mulheres, outro grupo etário que reclama da dificuldade de expressão são os jovens, como indicam alguns trechos das entrevistas. Um jovem em Machemba descreveu um episódio no qual foi proibido de expressar a sua opinião nos seguintes termos:

*Outro dia estava aqui o Secretário do Estado da província para resolver problema de conflito de terra. Nós, os jovens, fomos proibidos pelos régulos de abrir a boca e falar. Mesmo falar no telefone, vinha alguém dizer, ‘não está a ver chefe está a falar’.*⁹⁸

Um outro jovem queixou-se de não falar nas reuniões porque as autoridades locais são as mesmas que tratam mal as pessoas da comunidade. Por isso, acredita que falar na reunião pode causar-lhe represálias, tal como se vê no trecho a seguir:

Nós participamos na reunião, mas não falamos nada. Os secretários se comportam mal connosco e não temos como queixar sobre eles, para depois nos punir? Por exemplo, aquando do recenseamento, muitos de nós não pudemos recensear porque os secretários estavam a escolher pessoas para recensear. Você podia chegar muito cedo e não te atenderem (...). Outra coisa, mesmo no tempo que a gente pedia coisas nas reuniões, nunca resolviam. Administrador, Primeiro-secretário todo mundo vem aqui, pedimos hospital. Só dizem vamos trazer. Já

⁹⁴ Homem inquirido, posto administrativo de Lione, 15 de Agosto de 2024.

⁹⁵ Mulher inquirida, posto administrativo de Lione, 19 de Agosto de 2024.

⁹⁶ Entrevista, homem, posto administrativo de Chimbunila, 13 de Agosto de 2024.

⁹⁷ Mulher Inquirida, posto Administrativo de Chimbunila, 15 de Agosto de 2024.

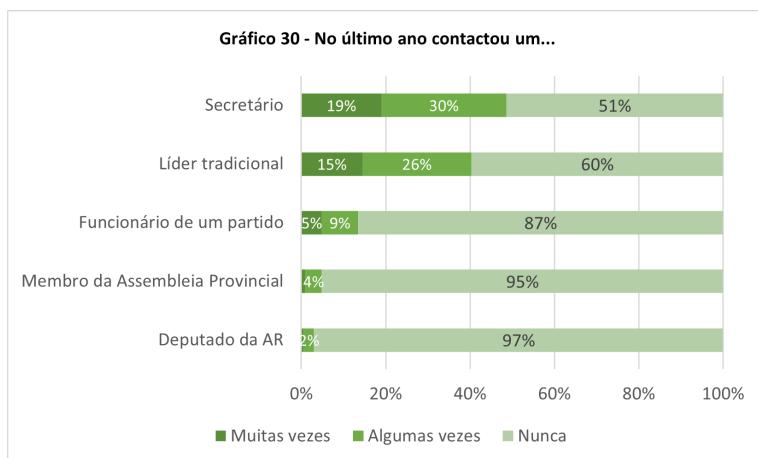
⁹⁸ Entrevista, homem, Mitonia, 24 de Agosto de 2024.

estamos cansados de falar.⁹⁹

Entretanto, uma forma alternativa que estes jovens encontraram para poderem se expressar tem sido o associativismo no desporto, particularmente em futebol. Em quase todas as áreas do distrito de Chimbunila existem equipas de futebol. Para além de ser a maior fonte de diversão dos jovens, o futebol também passou a constituir uma fonte de rendimento:

Os jovens são camponeses, negociantes e são jogadores de futebol. Mas este futebol tem taça e contribui-se muito dinheiro para a taça. Aquele que ganhar leva o dinheiro. As pessoas, para assistir precisam de pagar dinheiro. Coloca-se um saco ao longo do campo para fechar e só assistem as pessoas que pagaram. Cada pessoa paga cerca de 30 meticais. Por jogo, pode-se angariar cerca de 17 mil ou mesmo 20 mil só com dinheiro de pessoas que vão assistir.¹⁰⁰

A falta de mobilização dos cidadãos para acções comuns reflecte-se também na ausência praticamente total de contacto com responsáveis políticos eleitos (gráfico 30), ou seja, os contactos restringem-se praticamente aos secretários de bairro e aos líderes tradicionais.

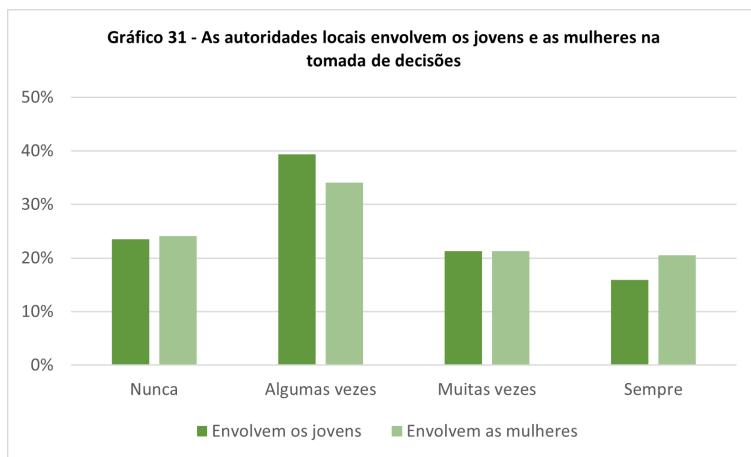


Se os cidadãos têm poucas iniciativas no sentido de participar na vida pública, também as autoridades locais parecem ter um défice no que respeita ao seu envolvimento no processo decisório. De acordo com os dados no gráfico 31, há cerca de 24% dos

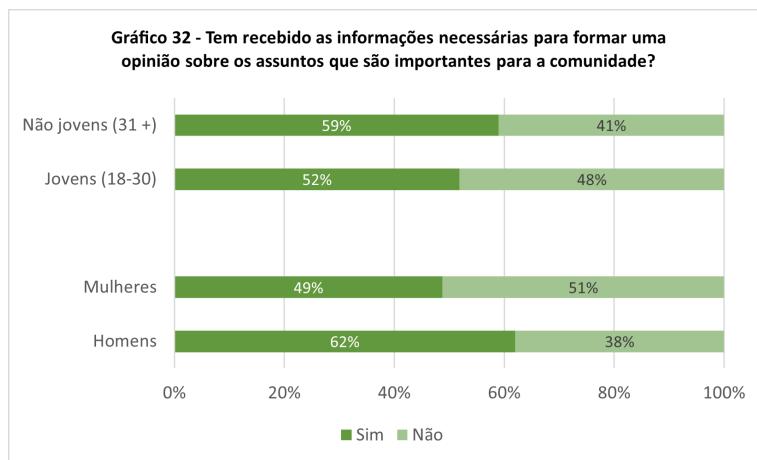
⁹⁹ Entrevista, homem, Macassangilo, 16 de Agosto de 2024.

¹⁰⁰ Entrevista, homem jovem, Lione-sede, 19 de Agosto de 2024.

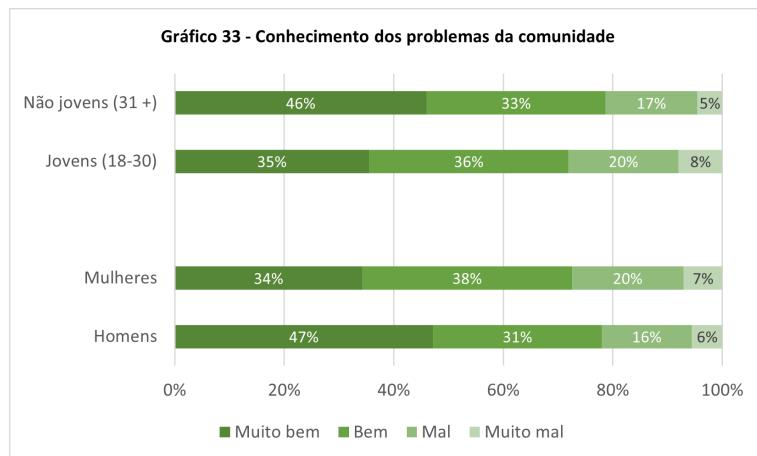
inquiridos que consideram que as autoridades locais e municipais nunca envolvem os jovens, nem as mulheres, nas decisões sobre assuntos que lhes dizem respeito.



A informação, o conhecimento dos assuntos que afectam a comunidade e a capacidade de intervenção para exprimir opiniões são elementos de base para a participação e o engajamento cívico por parte dos cidadãos. Deste ponto de vista, a opinião dos inquiridos é maioritariamente (55%) que têm recebido as informações necessárias para formar uma opinião sobre os assuntos importantes para a comunidade. Regista-se, neste aspecto, uma nítida melhoria em relação a 2022, quando apenas 37% declaravam ter essas informações. Sobre este assunto, existe uma diferença entre os mais novos (52%) e os mais velhos (59%) e, sobretudo, observa-se que os homens se declaram (62%) muito mais informados do que as mulheres (49%) (gráfico 32).

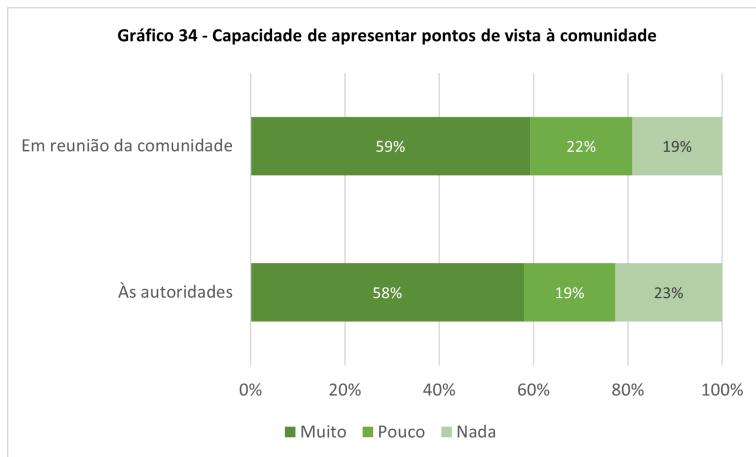


Por outro lado, também em termos de conhecimento dos problemas da comunidade se regista uma melhoria entre 2022 e 2024 e, neste último ano, a maioria dos inquiridos (75%) afirmam conhecer bem, ou muito bem, os problemas que afectam a sua comunidade. Tendencialmente, são os homens e os mais velhos que afirmam um conhecimento maior (gráfico 33).

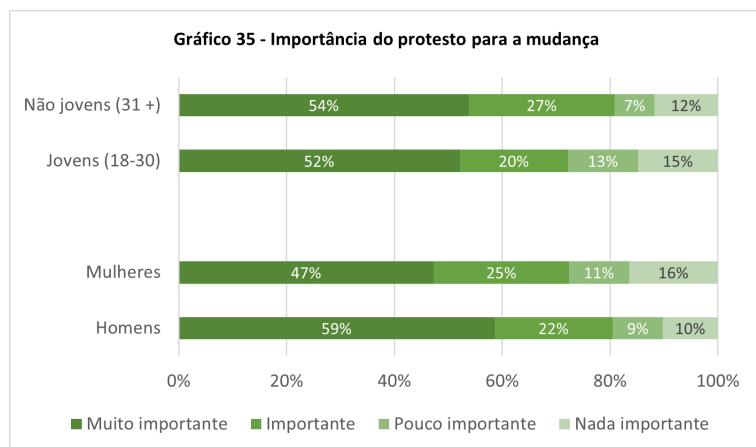


Também a capacidade de apresentar os seus pontos de vista e opiniões em encontros das comunidades e às autoridades não parece constituir um problema para a

maioria dos inquiridos, pois há 59% que consideram ser muito capazes de apresentar os seus pontos nos encontros da comunidade e 58% de apresentar às autoridades. (gráfico 34).



A ideia de que é importante protestar quando algo precisa ser mudado na sociedade é amplamente partilhada pelos inquiridos: 53% consideram muito importante o protesto e 24% consideram-no importante. Não há uma grande diferença de opinião em termos de idade¹⁰¹, mas os homens são bastante mais propensos (59%) a considerar que o protesto é importante do que as mulheres (47%) (gráfico 35).



A participação dos cidadãos em organizações sociais extrafamiliares é também um

¹⁰¹ Embora seja de notar que, contrariamente ao que seria de esperar, os números indicam uma tendência para os jovens considerarem menos a importância do protesto que os mais velhos.

indicador do grau de envolvimento cívico. De acordo com os resultados do inquérito, 16% dos inquiridos não participam em nenhuma organização. A maior participação observa-se nas organizações de carácter religioso, seguindo-se os grupos culturais e desportivos, as organizações de jovens, as organizações de mulheres e, por fim, os grupos de poupança¹⁰². O gráfico 36 apresenta a percentagem de inquiridos que disseram fazer parte de cada um dos diferentes tipos de organização.



Ainda de acordo com os resultados, para além dos 16% dos inquiridos que não participam em nenhuma organização, 50% são membros de apenas um tipo de organização, 23% participam em dois tipos de organizações, e 11% em três, ou mais.

¹⁰² No entanto, considerando que, por definição, a participação nas organizações femininas e de jovens é limitada a essas categorias sociais, a sua importância real é superior à dos outros grupos, com exceção das organizações religiosas.

NOTAS FINAIS

De uma forma geral, a segunda ronda do Barómetro de Coesão Social em Chimbunila sugere um certo optimismo nos cidadãos relativamente às condições de vida. No entanto, é preciso realçar que esta avaliação positiva sobre as condições de vida tem a ver com a relação que as pessoas têm com a terra, seu principal meio de subsistência, mais do que com a provisão dos serviços pelo Estado, como se nota na análise de outros indicadores. Todavia, apesar de a agricultura parecer jogar um papel importante na melhoria das condições de vida das famílias locais, a pesquisa sugere que é importante que o Governo distrital desenhe e implemente acções concretas, no âmbito da comercialização agrícola, com vista a proteger os interesses dos camponeses nas suas trocas comerciais com os compradores, em muitos casos, oriundos de outras províncias e países vizinhos.

No que concerne à inclusão, o cenário continua o mesmo que em 2022. A Uma parte significativa dos inquiridos tem o sentimento de que o Governo trata de forma desigual os cidadãos. Este sentimento é mais forte quando se trata de simpatia partidária, com um quinto dos inquiridos a exprimirem um sentimento de discriminação muito forte. No entanto, nota-se que o sentimento de discriminação é menor quando se trata da religião. Paralelamente a isto, há ainda um sentimento da falta de oportunidades iguais no acesso ao emprego formal. A exclusão e a marginalização criam desigualdades e barreiras sociais que enfraquecem as relações entre o Estado e as populações e põem em causa a coesão social vertical. Em parte, isso explica o cenário de protestos populares contra a presença de empresas que produzem monoculturas no distrito, acusadas de usurpação de terras, em conluio com as autoridades locais, e de não empregar as populações locais, principalmente a juventude. Esse cenário de protestos em pequena escala pode alimentar revoltas populares generalizadas, como aquelas que se registaram um pouco por todo o país nos meses que se seguiram às eleições gerais de Outubro de 2024.

No que diz respeito à segurança e proteção, houve uma evolução negativa de 2022 para 2024. O número de inquiridos que afirmam sentir-se inseguros aumentou consideravelmente em 2024. Esta falta de segurança é exacerbada pela falta de postos policiais em quase todos os postos administrativos e localidades de Chimbunila. Para ter algum nível de protecção as pessoas são obrigadas a percorrer longas distâncias, para a sede de Chimbunila, ou para a cidade de Lichinga. Isto, mais uma vez, demonstra a fragilidade do Estado em oferecer serviços básicos aos cidadãos, afectando negativamente os níveis de coesão social nas suas duas dimensões: horizontal e vertical.

A questão de confiança nos outros continua bastante forte, principalmente em relação à família, vizinhos e membros da mesma religião. Este facto parece sugerir a existência de uma harmonia social entre as populações de Chimbunila. No entanto, o alto nível de desconfiança em relação a desconhecidos e estrangeiros pode estar relacionado com a falta de segurança e medo instalado na zona Norte do país, principalmente com a presença do Al-shabaab na província vizinha de Cabo Delgado. As entrevistas e discussões em grupos focais sugerem a existência de um sentimento de frustração por parte dos Moçambicanos, que acreditam que os Malawianos estão a invadir as suas terras e meios de subsistência. Regista-se ainda um certo desconforto em relação à presença constante de Tanzanianos e Malawianos, que se dedicam à actividade de garimpo e comercialização de minerais, principalmente nas zonas de Chala e Lione. A médio e longo prazo, há um risco de a situação se deteriorar e desembocar em violência de grandes proporções na zona fronteiriça, com implicações imprevisíveis sob o ponto de vista das relações entre Moçambique e Malawi. Além disso, começa a desenvolver-se uma narrativa local, segundo a qual, a suposta invasão dos Malawianos traz consigo o risco da entrada de ideologias religiosas radicais, semelhantes àquelas que resultaram na violência armada em Cabo Delgado.

Quanto à confiança nas instituições, registou-se uma tendência negativa de 2022 para 2024. Com efeito, os inquiridos continuam a confiar menos nos serviços de abastecimento de água, na polícia e na CNE. Aliás, no caso da CNE, por exemplo, a baixa confiança acentuou-se em 2024. Há um sentimento de que a CNE trabalha de forma parcial, manipulando os resultados eleitorais em benefício do partido no poder, a Frelimo. A nível local, a pesquisa sugere que os secretários (dos bairros e aldeias) e líderes

tradicionais gozam de baixa confiança dos cidadãos comparativamente aos líderes religiosos. As entrevistas e discussões em grupos focais mostram que essa baixa confiança se deve ao facto de os secretários e líderes tradicionais, muitas vezes, serem associados a práticas de nepotismo e corrupção em processos de gestão de projectos de desenvolvimento e ajuda humanitária a nível local. Eles são acusados localmente de privilegiar grupos do seu círculo familiar e partidário no acesso a oportunidades de emprego, comida e outros bens, em prejuízo de outros grupos. Este assunto exige uma atenção especial, na medida em que a médio e longo prazo poderá alimentar tensões sociais, comprometendo a estabilidade sociopolítica a nível das comunidades. A nível de liderança provincial e nacional a confiança continua sendo a mesma que em 2022. O Governador Provincial e o Presidente da República são as figuras que merecem mais confiança. Em contrapartida, a confiança nos órgãos de representação, nomeadamente as Assembleias da República e Provincial e os Conselhos Consultivos, reduziu bastante entre 2022 e 2024. Essa redução da confiança pode estar associada à fraca interacção entre esses órgãos de representação e os cidadãos, facto que afecta negativamente a maneira como essas instituições são percebidas localmente na busca de soluções para os problemas locais. Quanto à avaliação do partido no Governo, a pesquisa sugere uma crescente insatisfação por parte dos cidadãos. Com efeito, de 2022 a 2024, o número de inquiridos que considera que um outro partido no Governo faria melhor que a Frelimo cresceu.

Finalmente, o engajamento cívico não apresenta grandes alterações comparativamente a 2022. Os dados continuam a mostrar que este restringe-se praticamente à participação nas reuniões, sobretudo dos mais velhos e homens, continuando a verificar-se uma certa exclusão dos mais jovens e das mulheres. As autoridades locais raramente envolvem os jovens e as mulheres nos processos de tomada de decisões. Os cidadãos, principalmente as mulheres, vão aos encontros convocados pelas lideranças locais apenas para marcar presença e evitar represálias, mas não lhes é dada a oportunidade de expressarem as suas opiniões. Portanto, em Chimbunila, persiste a fraca participação dos cidadãos em processos de governação e há pouca advocacia dos interesses das populações locais.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2020) Job creation and social conditions of labor in the forestry agro-industry in Mozambique". In Evans Osabuohien. In: E. Osabuohien (ed.). *The Palgrave Handbook of Agricultural and Rural Development in Africa*. Cham, Switzerland, Palgrave Macmillan. pp. 571–610.
- Anderson, B. (2012) *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa, Edicoes 70.
- Benze, C. (2010) *Análise da Integração de Mercados Agrícolas e os seus Efeitos na Comercialização de Feijão Manteiga para Maputo (2005 a 2009)*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane. <http://monografias.uem.mz/bits-stream/123456789/748/1/2011%20-%20Benze%2C%20Celeste%20Elsa%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Alexandr>.
- Chan, J., To, H.-P. & Chan, E. (2006) Reconsidering social cohesion: Developing a definition and analytical framework for empirical research. *Social Indicator Research*. 75 (2), 273–302.
- Durkheim, É. (1977) *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença.
- Durkheim, É. (1991) *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, Le livre de poche.
- Instituto Nacional de Estatística (2025), *Estatísticas do Distrito de Chimbunila 2020 - 2024*, Maputo, INE
- Jackson, A., Fawcett, G., Milan, A., Roberts, P., Schetagne, S., Scott, K. & Tsoukalas, S. (2000) *Social cohesion in Canada: possible indicators*. p.132. https://www.colocol.gc.ca/sites/default/files/Social_Cohesion.pdf.
- Jeannotte, M.S. (2000) *Social cohesion around the world: An international comparison of definitions and issues*. p.116. <https://ruor.uottawa.ca/server/api/core/bitstreams/10f5f846-e375-4683-b1d8-ffd081e0bc08/content>.
- Jeannotte, M.S. (2003) *Social cohesion: Insights from Canadian research*. p.16. <http://>

- www.socsc.hku.hk/cosc/Full%20paper/Jeannotte%20Sharon_Full788.pdf.
- Jeannotte, M.S. & Pendakur, R. (2022) *Buying in or dropping out: the public policy implications of social cohesion research*.p.41. https://www.researchgate.net/publication/237393749_buying_in_or_dropping_out_the_public_policy_impllications_of_social_cohesion_research.
- MADER (2021) *Quente-Quente: Informação Semanal de Mercados Agrícolas no País, Região e Mundo.* <https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/02/QQ-1331.pdf>.
- MADER (2023) *Quente-Quente: Informação Semanal de Mercados Agrícolas no País, Região e Mundo.* <https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2023/08/Informacao-Semanal-de-Mercados-Agrarios-01-a-06-de-Agosto-de-2023-QQ-1464.pdf.pdf>.
- Mosca, J. (2015) *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas*.p.39. <https://omrmz.org/wp-content/uploads/Observador-Rural-24.pdf>.
- Orre, A. & Forquilha, S. (2012) Uma iniciativa condenada ao sucesso. O fundo distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique. In: B. Weimer (ed.). *Moçambique: Descentralizar o Centralismo? Economia Política, Recursos e Resultados*. Maputo, IESE. pp. 168–196.
- Sampson, R.J., Raudenbush, S.W. & Earls, F. (1997) Neighbourhoods and Violent Crime: A Multilevel Study of Collective Efficacy. *Science*. 277.
- Tönnies, F. (1946) *Principios de Sociologia*. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Tovele, A. (2023) *Responsabilidade social empresarial da Green Resources em Niassa: será uma contribuição para o desenvolvimento comunitário?* <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2023/05/DR-234.pdf>.
- UNDP (2016) *Towards a measurement of social cohesion for Africa*. Addis Ababa, UNDP.
- Wuyts, M. (1981) *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos.

Endereço:

(+258) 21 486043

E-mail: iese@iese.ac.mz

142 R. Macombe Macossa, Maputo

